

CADERNO DE DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA

ESCOLA JUDICIAL



ESCOLA JUDICIAL

TRT - 15ª Região

**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
TRT da 15ª Região**



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Escola Judicial do TRT da 15ª Região**

**Caderno de Doutrina e Jurisprudência
da Escola Judicial**

Escola Judicial do TRT da 15ª Região

Diretor

Des. João Batista Martins César

Vice-diretor

Des. Ricardo Regis Laraia

Conselho Consultivo

Des. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella
Representante dos Desembargadores do Trabalho

Juiz Guilherme Guimarães Feliciano
Representante dos Juízes Titulares de Vara do Trabalho

Juiz Marcel de Ávila Soares Marques
Representante dos Juízes do Trabalho Substitutos

Servidor(a) [a definir]
Representante dos Servidores (voz e assento)

Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho
da 15ª Região - AMATRA XV
(voz e assento)

Coordenação

Des. João Alberto Alves Machado

Organização

Seção de Pesquisa e Publicações Jurídicas

Denise Pereira Toniolo - Assistente-chefe

Elizabeth de Oliveira Rei

Pedro Otavio Silva Pereira (Estagiário)

Capa

Marcello Alexandre de Castro Moreira

Catálogo na Publicação elaborada pela Seção de Biblioteca / TRT 15ª Região

Caderno de Doutrina e Jurisprudência da Escola Judicial / Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Escola Judicial - Campinas/SP, v.1 n.1 jan./fev. 2005-

Continuação do Caderno de Doutrina e Jurisprudência da Emtra XV

Bimestral

v. 16, Índice anual, jan./dez. 2020

1. Direito do Trabalho - Periódicos - Brasil. 2. Processo Trabalhista - Brasil. 3. Jurisprudência do Trabalho - Brasil. I. Brasil. Tribunal do Trabalho da 15ª Região. Escola da Magistratura.

CDU - 34.331 (81)

CDD - 344.01

® Todos os direitos reservados:

Escola Judicial do TRT da 15ª Região

Seção de Pesquisa e Publicações Jurídicas

Rua Barão de Jaguara, 901 - 5º andar - Centro - Campinas/SP

CEP: 13015-927 | Telefone: (19) 3236-2100 | Ramal 2040

<https://trt15.jus.br/> | e-mail: revistadotribunal@trt15.jus.br

Sumário

ONOMÁSTICO.....	398
TÍTULO.....	411
Doutrina.....	411
ASSUNTO.....	412
Íntegras.....	412
Ementário de Jurisprudência.....	418

Observação:

Para facilitar e enriquecer a consulta optou-se por acrescentar o assunto ao índice onomástico; quanto aos índices de doutrina e íntegras, optou-se por acrescentar a autoria.

AQUINO, Gabriela Marcassa Thomaz de

- A Convenção 138 da OIT e a importância de sua ratificação para o direito brasileiro (Artigo)..... 5/270

AZEVEDO, Dagoberto Nishina de

- Acidente do trabalho..... 5/297
- Dano moral 1/57

BENTO, Rafael Tedrus

- Parassubordinação e a economia de compartilhamento (Artigo)..... 6/333

BRAGHINI, Marcelo

- Regime constitucional do emprego socialmente protegido: imunidade de execução e o realinhamento do princípio da reciprocidade de tratamento (Artigo)..... 6/320

CARRADITA, Manuel Soares Ferreira

- Acordo judicial 6/363
- Agravo regimental..... 1/51, 1/52, 1/53, 1/54, 6/365, 6/366
- Doença ocupacional 1/58
- Doença profissional 1/62
- Indenização por dano moral 1/62
- Justiça gratuita litigância de má-fé 6/379
- Responsabilidade subsidiária 6/383
- Vínculo de emprego..... 6/381

CÉSAR, João Batista Martins

- Embargos de terceiro 2/112
- Embargos de terceiro. Doação do imóvel anterior ao ajuizamento da ação trabalhista. Não realização de registro do título translativo da propriedade. Princípio da boa-fé (Íntegra de Acórdão)..... 2/102
- Inadimplemento verbas rescisórias 5/302
- Penhora 2/118

COCA, Eleonora Bordini

- Ação após vigência da Lei n. 13.467/2017 4/230

COOPER, Fábio Allegretti

- Diferenças salariais	6/372
- Doença do trabalho	6/373
- Embargos de declaração.....	1/59, 4/236

CRUZ, Larissa Leistenschneider da

- A equiparação salarial e os seus requisitos cumulativos no viés do entendimento jurisprudencial (Artigo).....	4/209
---	-------

DIAS, Carlos Eduardo Oliveira

- Acordo extrajudicial homologação.....	6/363
- Acordo extrajudicial quitação.....	6/363
- Gratuidade judiciária.....	4/238

FELICIANO, Guilherme Guimarães

- Bem de família.....	6/368
- Rito sumaríssimo. Processo seletivo público anunciado por pessoa jurídica de direito privado. Promessa de mínima remuneração. Obrigação póstera do empregador derivada de conduta própria pré-contratual. <i>Venire contra factum proprium</i> e tutela da confiança legítima (Íntegra de Acórdão).....	5/292

GEMIGNANI, Tereza Aparecida Asta

- Administração pública.....	2/106
- Contrato de gestão ou convênio.....	3/169
- Contrato temporário.....	2/109
- Correção monetária e juros	5/301
- Estabilidade gestante	4/236
- Matérias pertinentes fase de execução	4/237
- Motorista	4/241
- Salário denominação diversa	4/243
- Tempo de espera	4/241
- Terceirização.....	1/68, 2/120

GIORDANI, Francisco Alberto da Motta Peixoto

- Sindicato	1/68
-------------------	------

GOMIERI, Olga Aida Joaquim

- Abonos salariais	3/165
- Ação rescisória	4/230
- Acidente de trabalho.....	6/362
- Acidente de trânsito.....	3/165
- Adicional de insalubridade.....	2/105, 3/166, 3/182
- Adicional de periculosidade.....	3/167, 6/364
- Adicional noturno	3/167
- Administração pública.....	2/106
- Agravo de instrumento.....	2/116, 4/232, 6/379
- Alta previdenciária	6/367

- Atleta profissional	2/107
- Atleta.....	2/107
- Bancário.....	3/168
- Contribuições previdenciárias.....	5/301
- Conversão da justa causa	3/176
- Correção monetária.....	2/114, 2/118, 3/170, 5/302, 6/385
- Dano moral.....	2/109, 2/110, 3/171, 3/182, 6/370
- Danos morais e materiais.....	2/110, 6/372
- Danos morais.....	2/110
- Declaração de inexigibilidade título judicial	4/242
- Diferenças salariais	4/235
- ECT.....	3/172
- Execução	3/173
- Férias.....	3/174
- FGTS	4/238
- Fraude à execução	3/174
- Grupo econômico.....	1/61, 2/114
- Horas extras e intervalo.....	3/176
- Horas extras e reflexos.....	2/115
- Horas extras.....	2/115, 3/176, 3/177
- Indenização por danos morais e materiais	6/372
- Intervalo intrajornada	2/109
- Intervalo para almoço	3/170
- Justiça gratuita.....	2/116, 3/178, 6/379, 6/380
- Litigância de má-fé	3/178
- Município de Piracicaba.....	2/118
- Pagamento de salários “por fora”	3/182
- Reajustes salariais.....	4/242
- Recurso ordinário	3/181
- Rescisão indireta.....	2/119, 3/181
- Responsabilidade solidária ou subsidiária.....	4/242
- Responsabilidade subsidiária ente público.....	3/181
- Responsabilidade subsidiária inexistente.....	3/182
- Responsabilidade subsidiária.....	3/182, 6/382
- Revelia.....	6/384
- Transação adesão a PDV.....	3/179
- Transferência	2/121
- Turno de revezamento.....	6/385
- Vigia e vigilante.....	2/121
- Vínculo empregatício	6/382

GRASELLI, Fábio

- Valor de alçada	2/107
-------------------------	-------

GRASELLI, Hélio

- Competência material.....	1/56
- Cumulação dos adicionais.....	1/50

- Doença relacionada ao trabalho. Estado incapacitante atual não constatado. Dano moral devido (Íntegra de Acórdão)	1/42
- Doença relacionada ao trabalho	1/58
- Intervalo intrajornada	1/63
- Honorários de sucumbência.....	1/56, 1/62, 1/67
- Prorrogação de jornada noturna.....	1/67
- Responsabilidade subsidiária ente público.....	1/67

HAYEK, Letícia Guirão

- Trabalhos modernos: os novos cenários de trabalho como instrumentos revolucionários na luta contra a erradicação da pobreza (Artigo).....	2/83
---	------

LAZARIM, Luiz Antonio

- Ação biênio prescricional.....	3/165
- Ação de consignação em pagamento	1/49
- Acidente de trabalho.....	3/165
- Acidente típico de trabalho	3/166
- Acúmulo de função.....	3/166, 3/167, 4/241, 5/302
- Acúmulo de funções	2/105
- Adicionais de insalubridade e periculosidade.....	3/169
- Adicional acúmulo de funções.....	5/303
- Adicional de insalubridade.....	1/49, 1/50, 2/109, 2/120, 3/166, 3/167, 4/240, 4/241, 5/298, 5/305
- Adicional de periculosidade.....	2/105, 3/167
- Adicional noturno.....	1/61, 5/298
- Agravo de petição.....	1/51, 4/232, 6/365
- Ajuizamento de nova ação	3/165
- Ausência discriminação de valores	5/306
- Auxílio alimentação.....	1/54, 5/300
- Bancário.....	1/54
- Bem de família.....	4/233
- Caixa bancário.....	5/300
- Cargo de confiança.....	2/108
- Cargo em comissão.....	3/168
- Categoria diferenciada.....	2/108, 3/177
- CEF caixa executivo	1/55
- CEF caixa	5/300
- Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.....	3/180
- Cerceamento do direito de defesa.....	1/56
- Coisa julgada	3/169
- Complementação de aposentadoria.....	1/54
- Conflito negativo de competência.....	6/369
- Contrato de gestão	5/301
- Contribuição assistencial.....	3/179
- Contribuição assistencial/confederativa.....	2/109, 3/169, 3/177, 5/298, 5/303, 5/309
- Contribuição previdenciária.....	3/169, 3/170, 6/369
- Contribuição sindical rural	3/170
- Contribuições sociais.....	3/170

- Convênio.....	3/170
- Dano existencial	2/108
- Dano moral.....	1/57, 1/63, 3/166, 3/183, 4/234, 4/240, 5/302
- Dano moral. Câmera de vigilância. Guarda-volumes. Local utilizado para troca de vestimenta. Violação da intimidade. Caracterização (Íntegra de Acórdão)	3/144
- Danos morais.....	3/171, 3/175, 3/177, 3/179, 3/183, 5/298, 5/309
- Débito trabalhista.....	1/61, 2/109, 2/117, 3/165, 3/168, 3/170, 3/172, 3/173, 4/234, 4/242, 5/309
- Depósito judicial.....	3/172
- Desvio de função	2/112
- Diferenças de horas extras.....	4/239
- Diferenças do FGTS.....	3/175, 4/237
- Direito aos adicionais.....	5/298
- Dispensa discriminatória.....	5/302
- Dobra das férias	5/308
- Doença ocupacional.....	1/50, 3/172, 4/235
- Domingos e feriados.....	3/179
- Dono da obra	3/166
- DSRs incorporação.....	1/67
- DSRs	3/181
- Embargos de declaração.....	5/303
- Embargos declaratórios.....	2/112
- Equiparação salarial.....	2/112, 3/166
- Execução.....	1/51, 1/60, 2/112, 2/113, 3/170, 3/173, 3/174, 5/304, 6/374
- Falência.....	1/64, 3/178
- Férias.....	2/113, 3/174
- FGTS.....	1/61, 3/175, 4/240
- Fraude à execução.....	3/174
- Fundação Casa	3/175
- Fundação pertencente à administração pública.....	1/50
- Gerente de contas	3/175
- Gratificação de assiduidade	2/114
- Honorários advocatícios.....	1/49, 1/57, 1/61, 1/64, 3/166, 3/168, 3/175, 3/177, 3/179, 3/182, 4/234, 4/241, 5/298, 5/305, 5/306
- Honorários sucumbenciais.....	3/174, 3/176
- Horas extras habituais	5/305
- Horas extras.....	1/63, 1/67, 2/105, 2/108, 2/115, 3/166, 3/175, 3/176, 3/178, 5/305
- Horas <i>in itinere</i>	1/61, 4/239, 4/240, 5/305
- Incidente de recurso repetitivo.....	2/115, 4/239
- Indenização danos morais e materiais	2/105
- Indenização por dano moral.....	2/110, 2/112, 3/172
- Intervalo de 15 minutos.....	1/62, 3/167, 3/176, 5/298
- Intervalo interjornadas	2/108
- Intervalo intrajornada.....	1/63, 2/108, 2/115, 2/121, 3/166, 3/176, 3/177, 3/179, 4/240, 5/306
- Juros de mora.....	5/309
- Justiça gratuita.....	1/64, 2/112, 3/166, 5/306, 5/309
- Mandado de segurança.....	1/64, 2/116, 2/117
- Massa falida.....	2/117, 3/178
- Multa do art. 467 da CLT	4/235

- Multa do art. 477 da CLT.....	5/305, 5/306
- Multa normativa	5/303
- Multa	1/65
- Multa/astreintes	3/178
- Município de Amparo	4/242
- Município de Iguape	4/241
- Município de Pirassununga	4/241
- Não comparecimento à audiência	1/60
- Negativa de prestação jurisdicional	3/180
- Nulidade processual	3/178
- Pagamento das férias	4/237
- Pagamento de diária.....	3/175
- Pagamento extrafolha.....	1/65, 5/309
- Parte falecida.....	2/113
- Pena de confissão	5/303
- Perda auditiva.....	1/58
- Periculosidade.....	3/166, 3/168
- Prêmio produtividade.....	3/177
- Processo trabalhista	3/177
- Professor	5/305
- Recuperação judicial	1/67
- Recurso ordinário	3/180
- Redirecionamento da execução	3/174
- Reflexos do prêmio/produção.....	5/308
- Remessa necessária	4/242
- Responsabilidade subsidiária.....	3/182, 5/309
- Salário extrafolha.....	3/183
- Servidor público	3/183
- Sistema Syllabus	2/115
- Terceirização ente público	5/309
- Terceirização lícita.....	2/120, 3/183, 5/309
- Terceirização.....	3/183
- Título executivo judicial.....	6/385
- Título executivo.....	1/69
- Trabalhador rural	2/120
- Trabalho externo.....	5/309
- Turnos ininterruptos.....	1/69, 2/121
- Vínculo empregatício.....	1/56, 3/180, 5/308

LIMA, Samuel Hugo

- Execução	6/375
- Honorários sucumbenciais	6/376
- Honorários sucumbenciais recursais.....	1/62

LOCKMANN, Ana Paula Pellegrina

- Acordo judicial	5/297
- Adicional de insalubridade.....	4/231, 6/364

- Adicional por tempo de serviço quinquênio	6/364
- Agravo de instrumento em agravo de petição	4/232
- Agravo de instrumento em agravo de petição. Decisão homologatória de acordo. Irrecorrível. Não provido (Íntegra de Acórdão)	3/151
- Agravo de petição.....	4/232, 5/299
- Cargo de confiança.....	4/233, 5/300, 6/364
- Contrato de estágio x contrato de trabalho. Desvirtuamento não configurado (Íntegra de Acórdão)	6/352
- Contribuição sindical.....	6/369
- Dano moral	6/371
- Dano moral. Uso de imagem para fins comerciais. Reparação devida (Íntegra de Acórdão)	5/280
- Desconsideração da personalidade jurídica.....	5/303
- Desconto contribuição assistencial.....	6/370
- Desconto contribuição confederativa.....	4/234
- Doença ocupacional.....	4/235, 6/373
- Execução	4/236
- Férias.....	4/237, 6/376
- Honorários advocatícios.....	2/114, 4/238, 4/240, 6/376
- Intervalo art. 384 da CLT	6/378
- Intervalo concessão parcial	6/378
- Intervalo intrajornada.....	4/240, 4/243
- Intervalo natureza jurídica	6/378
- Intervalo previsto no art. 384 da CLT.....	5/306
- Laudo pericial inconclusivo.....	5/307
- Laudo pericial	5/307
- Município de Iguape	5/306
- Parcelamento do crédito.....	6/375
- Promessa de emprego	5/302
- Responsabilidade subsidiária ente público.....	6/383
- Responsabilidade subsidiária.....	4/243, 6/383

LOPES, Edmundo Fraga

- Adicional de insalubridade.....	1/49
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.....	1/56
- Férias.....	1/61, 4/237, 5/304
- Gestante	5/304
- Intervalo do art. 384 da CLT	1/63

MACHADO, João Alberto Alves

- Servidor público celetista. Dispensa automática em razão da aposentadoria voluntária. Impossibilidade (Íntegra de Acórdão)	2/94
- Servidor público celetista.....	2/119

MARTINS, Ana Paula Alvarenga

- Agravo de petição.....	1/51
- Assistência judiciária gratuita	6/367

- Assistente de negócios.....	3/168
- Atividade externa.....	3/184
- Atividade insalubre.....	6/368
- Cargo de confiança.....	3/168
- Cartões de ponto.....	3/169
- Devolução contribuições confederativas.....	6/379
- Elastecimento intervalo intrajornada.....	6/377
- Extinção do feito.....	2/113
- Horas <i>in itinere</i>	6/377
- Indenização por danos morais.....	2/110
- Jornada de trabalho móvel.....	2/116
- Prestação de serviços de faxina à pessoa jurídica. Preenchimento dos requisitos dos arts. 2º e 3º da CLT. Vínculo empregatício caracterizado (Íntegra de Acórdão).....	4/225
- Prestação de serviços.....	6/381
- Responsabilidade solidária.....	2/119
- Responsabilidade subsidiária.....	3/182, 6/383
- Reversão justa causa.....	6/379
- Salário complessivo.....	2/119
- Terceirização na atividade fim.....	3/183

MENDES, Marcus Menezes Barberino

- Agravo de petição.....	1/51
--------------------------	------

MONTANAGNA, Antonio Francisco

- Liquidação dos pedidos.....	1/55
- Recurso ordinário.....	1/65
- Recurso ordinário. Nulidade do auto de infração por descumprimento do art. 74 da CLT. Controle da jornada. Sistema alternativo. Portaria n. 373/2011(Íntegra de Acórdão).....	1/39

MORAES, Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e

- Adicionais de periculosidade e insalubridade.....	6/363
---	-------

NASR, Luciana

- Penhora.....	6/373
----------------	-------

NUNES, Luiz Roberto

- Adicional de periculosidade.....	2/105
------------------------------------	-------

OLIVEIRA, José Antônio Gomes de

- Invisibilidade 2018 (Artigo).....	3/139
-------------------------------------	-------

OLIVEIRA, Maria Madalena de

- Exoneração.....	6/375
-------------------	-------

PENIDO, Manoel Luiz Costa

- Poder, direito ética, espiritualidade e justiça (Artigo).....	5/253
- Vivenciando o trabalho do outro (Artigo).....	3/132

PINTO, Cleber Antonio Grava

- Direito material.....	2/110, 2/111
- Direito processual.....	2/111
- DSR cálculo.....	5/308
- Processo do trabalho custas.....	3/171

PISTORI, Gerson Lacerda

- Acidente de trabalho.....	1/50
- Adicional de insalubridade.....	1/49
- Adicional por acúmulo de funções.....	1/50
- Agravo de petição.....	1/51
- Art. 840 da CLT.....	1/66
- Atividade externa.....	1/55
- Bancário.....	1/55
- Cobrança de taxa de serviços.....	1/66
- Cobrança de taxa de serviços. Previsão coletiva de distribuição aos empregados, sem fazer distinção às funções exercidas (Íntegra de Acórdão).....	1/35
- Contradita de testemunha.....	1/66
- Contradita de testemunha. Prova do interesse. Acolhimento que se impõe (Íntegra de Acórdão).....	1/35
- Honorários periciais.....	1/65
- Indenização por danos morais.....	1/62
- Médico plantonista.....	1/64
- Prescrição.....	1/65
- Redução da jornada de trabalho. Criança portadora de transtorno de espectro autista. Possibilidade (Íntegra de Acórdão).....	6/344
- Terceirização.....	1/68
- Transporte irregular de valores.....	1/66

PITAS, José

- Adicional de insalubridade.....	1/49
- Adicional noturno.....	1/50
- Responsabilidade subsidiária.....	1/68

RODRIGUES, Laura Bittencourt Ferreira

- Agravo de petição.....	4/232, 6/365
- Contribuição sindical rural.....	4/234
- Execução.....	2/112
- Testemunha.....	4/243

RUFINO, Marcelo Magalhães

- Adicional de insalubridade.....	1/57
- Intangibilidade salarial.....	1/58
- Jornada de trabalho.....	1/57
- Prêmio produtividade.....	1/57

SANCHES, Dora Rossi Góes

- Acúmulo de funções.....	1/49, 4/230
- Administração pública.....	1/50, 5/298
- Agravo de instrumento em agravo de petição.....	4/232
- Agravo de petição.....	1/51, 4/232, 4/233, 5/299
- Atualização monetária.....	4/234, 5/301
- Auxílio alimentação.....	4/233
- Banco de horas.....	4/239
- Bem de família.....	4/233
- Bem de família. Pessoa singular. Impenhorabilidade. Caracterização (Íntegra de Acórdão).....	4/222
- Bem indivisível.....	1/59
- Cálculos de liquidação.....	1/55, 5/300
- Cerceamento de defesa.....	1/55
- Contribuição sindical rural.....	1/56
- Contribuições previdenciárias.....	1/56
- Dano moral.....	4/235
- Danos morais.....	4/235
- Desconsideração da personalidade jurídica.....	4/236, 5/303
- Diferenças salariais.....	1/57
- Dispensa imotivada.....	5/303
- Estabilidade provisória.....	1/61
- Exceção de pré-executividade.....	1/59
- Execução fiscal.....	1/59
- Execução.....	1/59, 1/60, 4/236, 4/237, 5/304
- Férias.....	1/60
- FGTS.....	4/238
- Higienização de instalações sanitárias.....	4/231
- Honorários advocatícios.....	4/234, 4/239
- Honorários periciais contábeis.....	5/307
- Honorários periciais.....	5/305
- Horas <i>in itinere</i>	4/235, 4/238, 4/239
- Indenização por danos morais.....	5/302
- Intervalo interjornadas.....	4/235
- Justiça gratuita.....	1/64
- Liquidação de sentença.....	5/307
- Massa falida.....	1/64
- Multa do art. 467 da CLT.....	4/241
- <i>Plus</i> salarial.....	4/231
- Quebra de caixa.....	5/308
- Recuperação judicial.....	1/67
- Reunião de execuções.....	4/237
- Terceirização.....	1/69
- Vendedor.....	5/310

SANTOS, Lorival Ferreira dos

- Acidente de trabalho.....	6/362
- Acordo extrajudicial.....	6/363

- Adesão ao plano de aposentadoria.....	6/368
- Adicional de atividade de distribuição.....	2/105
- Administração pública.....	2/106, 4/231, 6/364
- Bancários.....	6/368
- Beneficiário justiça gratuita.....	6/379
- Briga de empregados justa causa.....	6/378
- Competência territorial.....	2/108
- Concessão de serviços públicos.....	2/109
- Conduta abusiva do empregador.....	6/367
- Contratação temporária.....	4/233
- CTPS.....	6/370
- Dano moral.....	6/371
- Danos morais e danos materiais.....	6/371
- Delimitação valores incontroversos.....	6/374
- Dissídios da alçada.....	2/106, 6/373
- Doença ocupacional.....	2/111
- Equiparação salarial.....	6/374
- Férias.....	2/113, 3/174, 4/237
- Honorários advocatícios.....	2/114, 4/239, 6/376
- Horas extras.....	6/377
- Horas <i>in itinere</i>	6/377
- Indenização por danos morais.....	6/372
- Jornada de trabalho.....	6/378
- Multa obrigação de fazer.....	6/380
- Prazo não concedido.....	3/179
- Preliminar contrarrazões.....	6/381
- Produção de prova oral.....	3/180, 6/381
- Relação de emprego doméstica. Labor em no máximo dois dias por semana. Não configuração. Lei Complementar n. 150/2015 (Íntegra de Acórdão).....	2/90
- Relação de emprego.....	2/119
- Responsabilidade solidária.....	6/382
- Suspensão de cestas básicas.....	6/368
- Terceirização.....	6/384
- Trabalho externo.....	6/385
- Vínculo de emprego.....	2/119

SCARABELIM, Larissa Carotta Martins da Silva

- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.....	1/59
- Higienização ou lavagem de EPI.....	3/171
- Higienização ou lavagem de equipamento de proteção individual. Responsabilidade do empregador. NR-6, item 6.6.1.f. Impossibilidade de transferir essa obrigação aos empregados. Configurado dano moral pela exposição dos empregados a risco (Íntegra de Acórdão).....	3/153
- Tutela inibitória.....	1/69

SILVA, João Batista da

- Adesão do empregado a PDV.....	5/307
- Honorários advocatícios de sucumbência. Extinção do processo sem resolução do	

mérito. Lei n. 13.467/2017. Reforma trabalhista. Não adoção da causalidade ampla.	
Silêncio eloquente do legislador. Indevidos (Íntegra de Acórdão).....	4/220
- Honorários advocatícios	5/305
- Protesto judicial	5/308

SILVA, José Antônio Ribeiro de Oliveira

- A função social da propriedade e a proteção ao trabalhador (Artigo)	1/5
---	-----

SIVERS, Eder

- Respeito às cláusulas coletivas.....	5/298
--	-------

SOUSA, Wellington Claro Ferreira de

- Direito do trabalho: visão sociológica e humanista (Artigo).....	2/87
--	------

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz

- Dono da obra	6/374
----------------------	-------

SOUZA, José Pedro de Camargo Rodrigues de

- Ação rescisória. Violação manifesta de preceitos constitucionais. Requisição de pequeno valor. Lei municipal que vem a fixá-lo. Execução por precatório (Íntegra de Acórdão)	4/216
- Ação rescisória	6/362

SOUZA, Rita de Cássia Penkal Bernardino de

- Acidente de trabalho.....	4/230
- Fraude à execução	6/375
- Intervalo do art. 384 da CLT	1/63

STOREL, Luciane

- Direito do trabalho	3/181
- Intangibilidade salarial	6/370
- Intervalo art. 384 da CLT	6/370
- Multa do art. 477 CLT	6/380

SULAIMAN, Isabelle Narduchi

- Trabalhos modernos: os novos cenários de trabalho como instrumentos revolucionários na luta contra a erradicação da pobreza (Artigo).....	2/83
---	------

TARGA, Maria Inês Corrêa de Cerqueira César

- DER dono da obra	1/58
- Execução.....	2/113, 3/173
- Indenização danos morais exposição ao amianto.....	6/380
- Indenização por danos morais.....	1/66
- Jornada 12x36	1/63
- Precatório	2/118
- Prescrição.....	1/66, 6/380
- Recurso ordinário	6/381

TAVEIRA, Vinícius de Miranda

- *Compliance* trabalhista: instrumento de efetivação dos princípios da função social do trabalho e da função social da livre iniciativa (Artigo)..... 4/196

VIANNA, Ana Cláudia Torres

- Execução frustrada. Utilização de ferramentas eletrônicas avançadas. Simba/Coaf/Ccs. Identificação de pessoas e bens responsáveis pela satisfação do crédito trabalhista (Íntegra de Acórdão)..... 5/287
- Terceirização lícita 6/384

VIEIRA, Thelma Helena Monteiro de Toledo

- Fundação Casa/SP..... 3/175

YAMAUTI, Eduarda Sayuri

- A equiparação salarial e os seus requisitos cumulativos no viés do entendimento jurisprudencial (Artigo)..... 4/209

Doutrina

- A função social da propriedade e a proteção ao trabalhador.....1/5
- Trabalhos modernos: os novos cenários de trabalho como instrumentos revolucionários na luta contra a erradicação da pobreza.....2/83
- Direito do trabalho: visão sociológica e humanista.....2/87
- Vivenciando o trabalho do outro3/132
- Invisibilidade 20183/139
- *Compliance* trabalhista: instrumento de efetivação dos princípios da função social do trabalho e da função social da livre iniciativa4/196
- A equiparação salarial e os seus requisitos cumulativos no viés do entendimento jurisprudencial.....4/209
- Poder, direito ética, espiritualidade e justiça.....5/253
- A Convenção 138 da OIT e a importância de sua ratificação para o direito brasileiro5/270
- Regime constitucional do emprego socialmente protegido: imunidade de execução e o realinhamento do princípio da reciprocidade de tratamento.....6/320
- Parassubordinação e a economia de compartilhamento.....6/333

Íntegras

- CONTRADITA DE TESTEMUNHA. PROVA DO INTERESSE. ACOLHIMENTO QUE SE IMPÕE. Para o acolhimento da contradita de suspeição de testemunha é necessária prova do interesse, e não mera presunção, bem como a presença de quaisquer das hipóteses previstas nos arts. 829 da CLT e 447, § 3º, do CPC/2015. No presente caso, testemunha D.R.O. foi taxativa ao afirmar em seu depoimento que “caso fosse procurado pelo reclamante para vir depor em seu favor e contra a empresa, o depoente não aceitaria ser sua testemunha”, sendo evidente a inexistência de isenção de ânimo necessária para o exercício da função pública. Sentença que se reforma. COBRANÇA DE TAXA DE SERVIÇOS. PREVISÃO COLETIVA DE DISTRIBUIÇÃO AOS EMPREGADOS, SEM FAZER DISTINÇÃO ÀS FUNÇÕES EXERCIDAS. A reclamada não apresentou em Juízo nenhum documento sequer que pudesse comprovar os valores recebidos dos clientes a título de gorjeta/taxa de serviço, ônus que lhe competia, tendo em vista sua aptidão para a prova, pois detentora de todos os documentos contábeis e fiscais. Assim, comprovada a cobrança da gorjeta pela reclamada, alternativa não resta a este Relator senão prover o apelo do reclamante a fim de condenar ao pagamento das gorjetas recebidas e não repassadas ao trabalhador. Sentença que se reforma. Rel. Gerson Lacerda Pistori 1/35

- RECURSO ORDINÁRIO. NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DO ART. 74 DA CLT. CONTROLE DA JORNADA. SISTEMA ALTERNATIVO. PORTARIA N. 373/2011. O auto de infração, tratando-se de um ato administrativo, goza de presunção de legitimidade, decorrente do princípio da legalidade, o qual norteia todos os atos da administração pública. Uma vez revestido de presunção de legitimidade, a presunção é relativa e o ônus da prova de sua invalidade é de quem a invoca. O auto de infração colacionado aos autos preenche todos os requisitos para sua validade. O Auditor-Fiscal durante a ação constatou ausência de provas acerca do controle da jornada. Assim, no momento da fiscalização, a empresa deveria fornecer relatório eletrônico que possibilitasse a fiscalização, não encontrando amparo à invocação do disposto na Portaria n. 373 de 2011. Portanto, não prevalece a alegação de nulidade do Auto de Infração de n. 202.616.061. Rel. Antonio Francisco Montanagna 1/39

- DOENÇA RELACIONADA AO TRABALHO. ESTADO INCAPACITANTE ATUAL NÃO CONSTATADO. DANO MORAL DEVIDO. O dano moral não se confunde com o dano material, enquanto que este visa recompor a perda patrimonial sofrida pelo laborista, decorrente dos lucros cessantes ou do dano emergente, o dano moral visa ressarcir a violação de aspectos íntimos da personalidade, ou seja, enquanto que a indenização material ressarciria as perdas decorrentes da incapacidade laboral existente e de gastos com tratamento de saúde, a indenização por dano moral ressarcir a dor sofrida pelo trabalhador, que foi gerada pela doença ou acidente de trabalho ocorridos em razão das condições de trabalho a que estava submetido. Nesse prisma, constatado que o reclamante foi acometido por doença relacionada ao trabalho, que acarretou incapacidade

laboral temporária, a despeito de, posteriormente, no momento de realização da perícia, não ter sido constatada a existência de incapacidade laborativa, devida é a reparação por danos morais sofridos pelo trabalhador. Rel. Hélio Grasselli 1/42

- RELAÇÃO DE EMPREGO DOMÉSTICA. LABOR EM NO MÁXIMO DOIS DIAS POR SEMANA. NÃO CONFIGURAÇÃO. LEI COMPLEMENTAR N. 150/2015. O contrato de trabalho doméstico se diferencia do vínculo empregatício comum, pois neste se exige a não eventualidade, enquanto naquele é essencial a continuidade na prestação dos serviços. Indiscutível, portanto, a adoção pela legislação pátria da teoria da continuidade quanto ao empregado doméstico. A Lei Complementar n. 150/2015 foi explícita ao exigir como requisito para a configuração da continuidade a prestação de serviços por mais de 2 (dois) dias por semana. Portanto, considerando que a reclamante trabalhava no máximo duas vezes por semana para o reclamado, estando ausente o requisito da continuidade da prestação do serviço, descaracterizada está a relação de emprego doméstica, nos termos da citada Lei Complementar. Recurso improvido. Rel. Lorival Ferreira dos Santos 2/90

- SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA. DISPENSA AUTOMÁTICA EM RAZÃO DA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. A aposentadoria espontânea não é causa de extinção do contrato de trabalho, conforme restou pacificado na primeira parte da OJ n. 361 da SBDI-1/TST. De outra sorte, o exercício do direito de despedir do empregador, quando a reclamada é autarquia estadual que presta serviços de natureza pública, exige motivação lícita em decorrência dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, também manifestamente incorporados pela Constituição de 1988 (art. 37, *caput*). Desse modo, não há espaço para ato arbitrário e desfundamentado. Assim, faz jus o autor à manutenção no emprego buscada. Rel. João Alberto Alves Machado 2/94

- EMBARGOS DE TERCEIRO. DOAÇÃO DO IMÓVEL ANTERIOR AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO TRABALHISTA. NÃO REALIZAÇÃO DE REGISTRO DO TÍTULO TRANSLATIVO DA PROPRIEDADE. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ. O imóvel penhorado foi doado aos filhos por seus genitores, quando da separação destes, e a doação foi homologada por Juízo competente. Na existência de sentença transitada em julgado, que homologou a doação do imóvel aos filhos do então casal, gravá-lo com indisponibilidade em ação trabalhista ajuizada, ela própria, anos depois da doação caracterizaria ofensa à coisa julgada, protegida pelo art. 5º, XXXVI, da CF. A doação contida no acordo de separação judicial é ato perfeito e acabado, que tem eficácia de escritura pública, ainda que não tenha sido levada a registro no Cartório de Imóveis, formalidade que não invalida ato chancelado pelo Poder Judiciário. Aplicação analógica do entendimento pacificado na Súmula n. 84 do STJ, que protege o adquirente de boa-fé, mesmo quando ausente o registro. Rel. João Batista Martins César 2/102

- DANO MORAL. CÂMERA DE VIGILÂNCIA. GUARDA-VOLUMES. LOCAL UTILIZADO PARA TROCA DE VESTIMENTA. VIOLAÇÃO DA INTIMIDADE. CARACTERIZAÇÃO. A instalação de câmeras de vigilância em local em que o empregado utiliza como vestiário, por ausência de ambiente próprio, viola a intimidade do trabalhador e enseja o pagamento de indenização por danos morais. ACÚMULO DE FUNÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. Constatando-se que as atividades efetivamente exercidas são correlatas à função contratada, à míngua de previsão legal, contratual ou normativa em sentido contrário, não faz jus o trabalhador ao pagamento de adicional por acúmulo de função, nos exatos termos do art. 456, parágrafo único, da CLT. Rel. Luiz Antonio Lazarim 3/144

- AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AGRAVO DE PETIÇÃO. DECISÃO HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO. IRRECORRÍVEL. NÃO PROVIDO. Não merece provimento o agravo de instrumento que pretende destrancar agravo de petição não conhecido na Origem, por ter se insurgido contra decisão homologatória de acordo. A teor do disposto no parágrafo único do art. 831 da CLT, no caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível - salvo para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas - e impugnável somente através de ação rescisória, consoante entendimento pacificado na Súmula n. 259 do C. TST, não cabendo agravo de petição para discutir os termos de referida decisão. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann 3/151

- HIGIENIZAÇÃO OU LAVAGEM DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR. NR-6, ITEM 6.6.1.F. IMPOSSIBILIDADE DE TRANSFERIR ESSA OBRIGAÇÃO AOS EMPREGADOS. CONFIGURADO DANO MORAL PELA EXPOSIÇÃO DOS EMPREGADOS A RISCO. A higienização ou lavagem dos EPIs compete ao empregador, conforme previsão expressa do item 6.6.1.f da NR-6. A transferência dessa incumbência aos empregados, ainda que a lavagem possa ser caseira, além de indevida, pode colocar em risco a eficácia do equipamento e a própria vida dos empregados, diante da possibilidade de utilização de produtos de limpeza inadequados. Mantém-se, portanto, a sentença, na parte em que concedeu prazo ao empregador para adotar os procedimentos necessários para higienização e conservação das vestimentas de proteção impostas aos seus empregados, sob pena de multa diária por atraso, e que condenou o empregador ao pagamento de indenização por dano moral a cada empregado afetado, considerando que o procedimento adotado pelo empregador, obrigando a lavagem caseira dos EPIs, colocou em risco a segurança e a vida dos empregados. Rel. Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim 3/153

- AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO MANIFESTA DE PRECEITOS CONSTITUCIONAIS. REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR. LEI MUNICIPAL QUE VEM A FIXÁ-LO. EXECUÇÃO POR PRECATÓRIO. Na esteira de antigos precedentes do C. TST, certo é que o v. acórdão rescindendo reputou inaplicável lei municipal que havia estabelecido o parâmetro das RPVs, porque essa lei veio a ser promulgada para além dos 180 dias, então fixados pela EC n. 62/2009. Ocorre, todavia, que no julgamento das ADIs 4357 e 4425, o § 12 do art. 97 do ADCT, introduzido pela referida EC, foi declarado inconstitucional pelo E. STF, por arrastamento ou reverberação normativa. Desse modo, houve efeito repristinatório, passando a ser aplicável o art. 87 do ADCT, introduzido pela EC n. 37/2002, **o qual não prevê nenhuma limitação temporal para a edição da lei local que estabeleça modificação quanto ao teto do RPV.** O julgamento turmário rescindendo, portanto, automaticamente não poderia levar em conta a regra geral dos 30 salários-mínimos, estabelecidos para a Fazenda Municipal, pelo mero ultrapassar do prazo de 180 dias, por isso que deveria ser respeitada a legislação municipal que estipulou o teto das RPVs, sendo certo que essa decisão **implicou, inclusive, diga-se por abundância, violação à Súmula Vinculante n. 10 do E. STF.** Assim sendo, julga-se procedente a presente ação rescisória, com fundamento no art. 966, V, do CPC, por ofensa aos arts. 100, § 4º, da CF e 87 do ADCT, desconstituindo-se o v. acórdão rescindendo e, em sede de juízo rescisório, determina-se que a execução da demanda originária se processe através de precatório. Ação procedente. Rel. José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza 4/216

- HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. LEI N. 13.467/2017. REFORMA TRABALHISTA. NÃO ADOÇÃO DA CAUSALIDADE AMPLA. SILÊNCIO ELOQUENTE DO LEGISLADOR. INDEVIDOS. A Lei n. 13.467/2017 não adotou a causalidade ampla (arts. 85 e 90,

do CPC/2015), uma vez que, no Processo do Trabalho, mesmo para as ações ajuizadas após a Lei n. 13.467/2017 (LRT), os honorários advocatícios de sucumbência são cabíveis apenas no caso de se analisar o mérito, ainda que parcial e litigante de má-fé (art. 791-A, *caput* e seu § 3º, e 793-C, *caput*, todos da CLT, acrescentados pela Lei n. 13.467/2017), não havendo previsão de condenação no pagamento de honorários nos casos de extinção do processo sem resolução do mérito e com resolução do mérito por renúncia, prescrição e decadência, não sobrando espaço para aplicação subsidiária do art. 90 do CPC/2015, pois aí não existe omissão do legislador da reforma da CLT, mas silêncio eloquente. Rel. João Batista da Silva..... 4/220

- BEM DE FAMÍLIA. PESSOA SINGULAR. IMPENHORABILIDADE. CARACTERIZAÇÃO. A Lei n. 8.009/1990, em seu art. 1º, estabelece a impenhorabilidade do “**imóvel residencial próprio do casal ou entidade familiar**”. Assim, a proteção deve englobar a família tradicional, a união estável, a união homoafetiva, a família monoparental e a pessoa singular (solteiros, separados e viúvos). Nesse sentido a Súmula n. 364 do C. STJ, que dispõe que “**O conceito de impenhorabilidade de bem de família abrange também o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas**”. Impõe-se, então, a desconstituição da penhora. Rel. Dora Rossi Góes Sanches..... 4/222

- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FAXINA À PESSOA JURÍDICA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DOS ARTS. 2º E 3º DA CLT. VÍNCULO EMPREGATÍCIO CARACTERIZADO. O labor como diarista, de forma a descaracterizar o vínculo empregatício, refere-se somente ao trabalho em âmbito doméstico, prestado à pessoa física. Tratando-se de pessoa jurídica, a prestação de serviços, mesmo que ocorrida em apenas dois dias da semana, por anos a fio, não afasta o vínculo. Ainda, as atividades desenvolvidas pela reclamante, na função de auxiliar de serviços gerais/faxina, integram as necessidades normais e permanentes da empresa. Presentes os requisitos para a configuração da relação de emprego previstos nos arts. 2º e 3º da CLT. Rel. Ana Paula Alvarenga Martins..... 4/225

- DANO MORAL. USO DE IMAGEM PARA FINS COMERCIAIS. REPARAÇÃO DEVIDA. A Carta Magna resguarda a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito de indenização quando de sua violação. Nesse mesmo sentido, caminham os arts. 18 e 20 do Código Civil, que repelem o uso de imagem do trabalhador, sem o seu consentimento ou sem a compensação pecuniária, quando esta se destinar a fins comerciais. Ainda que não se verifique o abalo à honra, à boa fama ou à respeitabilidade do empregado, faz-se necessária a concordância deste para a utilização de sua imagem quando destinada à promoção comercial do estabelecimento, a qual deverá ser devidamente comprovada por meio de autorização escrita ou por meio da compensação pecuniária para tal fim. A ausência de quaisquer comprovações resulta em abuso do poder diretivo do empregador, ensejando, então, a condenação do reclamado no pagamento de indenização ao trabalhador pelo uso de sua imagem. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann 5/280

- EXECUÇÃO FRUSTRADA. UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS ELETRÔNICAS AVANÇADAS. SIMBA/COAF/CCS. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS E BENS RESPONSÁVEIS PELA SATISFAÇÃO DO CRÉDITO TRABALHISTA. O Judiciário, com o uso de tecnologia de ponta e inteligência, implementou convênios que permitem acessos às informações bancárias dos executados, que muito contribuíram para a efetividade das execuções trabalhistas e investigações patrimoniais, visando entender as engenharias financeiras, as teias de relacionamento, possíveis fraudes e o mapeamento de

responsabilidades. Justifica-se a utilização de ferramentas avançadas, CCS e COAF, quando frustrada a busca patrimonial, porque o trabalhador não tem condições de investigar o devedor e muito menos acessar informações que são restritas ao magistrado, não sendo razoável que tenha seu processo pura e simplesmente arquivado. A partir do recebimento das informações do CCS e COAF, caberá ao exequente apontar indícios que justifiquem a utilização de convênios com maior riqueza de informações, como o SIMBA, ou a solicitação do encaminhamento dos autos para a Divisão de Execução local. A utilização do convênio SIMBA, por outro lado, é complexa e o Judiciário não tem estrutura para o uso regular. Há a necessidade de inserção das informações em planilhas, com horas e horas de estudo, pois ao contrário da Receita Federal, a Justiça do Trabalho não tem programas que construam a teia de relacionamentos e exige funcionários extremamente capacitados. Parece, pois, um ponto de equilíbrio oportunizar ao menos a utilização do CCS e COAF que poderão dar indícios e rumos para a execução. Agravo provido para determinar o seguimento da execução. Rel. Ana Cláudia Torres Vianna

5/287

- RITO SUMARÍSSIMO. PROCESSO SELETIVO PÚBLICO ANUNCIADO POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO. PROMESSA DE MÍNIMA REMUNERAÇÃO. OBRIGAÇÃO PÓSTERA DO EMPREGADOR DERIVADA DE CONDUTA PRÓPRIA PRÉ-CONTRATUAL. *VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM* E TUTELA DA CONFIANÇA LEGÍTIMA. Se é certo que entes privados não estão geralmente obrigados a contratar mediante concursos públicos ou processos seletivos correlatos, é igualmente certo que, se a pessoa jurídica de direito privado lança certame público para a seleção de empregados, obriga-se a respeitar os seus inteiros termos, a despeito das flutuações de mercado, que não podem prejudicar seus empregados (= princípio da alteridade), e da própria aceitação do trabalhador ao tempo da admissão, seja ela expressa ou tácita (= princípio da irrenunciabilidade). A contratação dos aprovados em certame público com salário inferior àquele indicado nas respectivas publicações viola os arts. 422 e 854 do Código Civil (c/c art. 8º, § 1º, da CLT), configurando *venire contra factum proprium* a desafiar a devida correção pelos critérios próprios da doutrina da confiança legítima. Rel. Guilherme Guimarães Feliciano

5/292

- REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO. CRIANÇA PORTADORA DE TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA. POSSIBILIDADE. Considerando os valores sociais que emanam da Constituição Federal, notadamente a cidadania, a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho (art. 1º), somados às disposições contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente e nas Convenções Internacionais, das quais o Brasil é signatário, em especial a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgado por meio do Decreto n. 6.949, de 25.8.2009, o qual tem como propósito promover a efetiva integração da pessoa com deficiência à sociedade, norma esta que possui *status* de emenda constitucional e uma vez evidenciada a necessidade da redução da jornada de trabalho da mãe, pai ou responsável pelos cuidados no acompanhamento do tratamento médico de criança com necessidades especiais, incontornável se torna o direito à jornada de trabalho reduzida do trabalhador responsável por estes cuidados. Rel. Gerson Lacerda Pistori

6/344

- CONTRATO DE ESTÁGIO X CONTRATO DE TRABALHO. DESVIRTUAMENTO NÃO CONFIGURADO. O contrato de estágio, regulado pela Lei n. 11.788/2008, possui elementos comuns com o contrato de trabalho, sendo que o estagiário é uma das figuras que mais se aproxima do empregado regido pela CLT, uma vez que reúne os cinco pressupostos da relação empregatícia, quando prestado na modalidade remunerada.

Entretanto, a relação havida entre as partes não pode ser assim considerada, já que a ordem juslaboral retirou o caráter empregatício quando a relação jurídica assumir a forma de estágio, haja vista o objetivo educativo e de aperfeiçoamento profissional da atividade. De se observar que o contrato de estágio, para que possa elidir a incidência da relação laboral sob a égide da CLT, deve ser firmado de acordo com as exigências previstas na Lei retromencionada, sem as quais o mesmo reveste-se de nulidade e acarreta no reconhecimento do vínculo empregatício. Logo, tendo sido demonstrado o cumprimento das aludidas exigências, tem-se que o autor não se desincumbiu do ônus de comprovar o alegado desvirtuamento das atividades executadas, não havendo como descaracterizar o contrato de estágio. Apelo conhecido e não provido. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann 6/352

Ementário de Jurisprudência

ABONO

- Abonos salariais concedidos em valores fixos. Reajuste salarial com fundamento no princípio da isonomia. Impossibilidade. Súmula n. 339/STF. Súmula Vinculante n. 37..... 3/165

AÇÃO

- Ação ajuizada após a vigência da Lei n. 13.467/2017. Pedido sem indicação de valor. Extinção do feito afastada, pois ausente intimação da parte autora para emendar a petição inicial. Interpretação dos arts. 840, § 1º, da CLT e 321 do CPC..... 4/230
- Ação ajuizada dentro do biênio prescricional. Prescrição total. Não ocorrência.....3/165
- Ação de consignação em pagamento. Extinção sem julgamento do mérito. Depósitos. Comprovação. Juntada posterior. Ausência de intimação específica. Validade..... 1/49
- Ação rescisória. Recolhimento do depósito prévio judicial. IN n. 31/2007 do C. TST, art. 2º, II, e art. 4º. Possibilidade de revisão, de ofício, pelos julgadores, quanto ao valor base sobre o qual incidirá esse recolhimento..... 4/230
- Ação rescisória. Violação manifesta de preceitos constitucionais. Requisição de pequeno valor. Lei municipal que vem a fixá-lo. Execução por precatório..... 6/362
- Ajuizamento de nova ação com mesmo objeto e causa de pedir de outra demanda em que foi concedida tutela jurisdicional favorável. Ato atentatório à dignidade da justiça. Multa. Cabimento 3/165

ACIDENTE

- Acidente de trabalho. Culpa exclusiva da vítima. Indevidas indenizações por danos materiais, morais e estéticos 4/230
- Acidente de trabalho. Dano moral e material. Culpa do empregador. Configuração.....3/165
- Acidente de trabalho. Laudo condicional. Ônus da prova da parte autora..... 6/362
- Acidente de trabalho. Responsabilidade civil. Culpa da empregadora. Restrições permanentes. Danos morais e materiais. Indenização devida 6/362
- Acidente de trabalho. Valor das indenizações por danos morais e materiais 1/50
- Acidente de trânsito. Responsabilidade civil do empregador. Responsabilidade subjetiva. Ausência de nexo de causalidade. Indenização indevida 3/165
- Acidente do trabalho. Insegurança na operação de máquinas e equipamentos de produção. Negligência patronal..... 5/297
- Acidente do trabalho. Responsabilidade civil do empregador..... 5/297
- Acidente típico de trabalho. Indenização por danos materiais e morais. Cabimento.....3/166

ACORDO

- Acordo extrajudicial. Homologação 6/363
- Acordo extrajudicial. Homologação. Negativa judicial. Possibilidade..... 6/363
- Acordo extrajudicial. Quitação genérica. Impossibilidade 6/363
- Acordo judicial homologado na fase de conhecimento. Verbas constantes do rol de pedidos. Inexigibilidade de observância da proporcionalidade entre as verbas de natureza salarial e indenizatória 5/297

- Acordo judicial homologado. Alcance da coisa julgada.....	6/363
- Respeito às cláusulas coletivas. Descumprimento de obrigação de fazer prevista em CCT. Afronta ao inciso XXVI do art. 7º da CRFB/1988.....	5/298

ACÚMULO DE FUNÇÕES

- Acúmulo de função. Não configuração.....	3/166, 3/167, 4/241, 5/302
- Acúmulo de funções. Diferenças salariais. Não caracterização.....	1/49, 4/230
- Acúmulo de funções. Não caracterizado.....	2/105
- <i>Plus</i> salarial. Acúmulo de função.....	4/231

ADICIONAL

- Adicionais de periculosidade e insalubridade. Cumulação. Indevida.....	6/363
- Adicional de acúmulo de funções e reflexos. Prova. Cabimento.....	5/303
- Adicional de Atividade de Distribuição e/ou Coleta externa. Cumulação com o adicional de periculosidade.....	2/105
- Adicional de insalubridade. Agente comunitário de saúde. Ausência de contato permanente com pacientes. Atividades habituais de orientação e conscientização. Indevido.....	2/105
- Adicional de insalubridade. Agente nocivo diverso do apontado na inicial. Julgamento <i>extra petita</i> . Não configuração.....	3/166
- Adicional de insalubridade. Agentes biológicos. Prova pericial. Cabimento.....	1/49
- Adicional de insalubridade. Ausência de agente nocivo. Não cabimento.....	1/50, 2/109, 4/241
- Adicional de insalubridade. Calor. Labor a céu aberto. Caracterização. Art. 190 da CLT e Anexo 3 da NR-15 da Portaria n. 3.214/1978 do MTE. Aplicação do OJ n. 173, II, da SDI-1 do C. TST.....	1/49
- Adicional de insalubridade. Direito.....	5/305
- Adicional de insalubridade. Empregado contratado pelo regime celetista. Lei Complementar n. 432/1985 de São Paulo. Não cabimento.....	1/49
- Adicional de insalubridade. Exposição a agentes insalubres na forma das normas regulamentadoras pertinentes. Devido.....	4/231, 6/364
- Adicional de insalubridade. Indevido.....	3/182
- Adicional de insalubridade. Inexistência de prova da neutralização do agente insalubre. Sentença mantida.....	1/49
- Adicional de insalubridade. Limpeza de banheiro público de baixa circulação. Indevido.....	3/166
- Adicional de insalubridade. Prova pericial. Direito.....	4/240, 5/298
- Adicional de insalubridade. Trabalhador rural. Exposição a calor intenso. Devido.....	1/57
- Adicional de insalubridade. Trabalhador rural. Trabalho a céu aberto. Exposição a calor. Cabimento.....	2/120, 3/167
- Adicional de periculosidade. “Edifício Hicthan”. Armazenamento de óleo diesel em tanques, no subsolo, para os geradores. Existência de divisão em alvenaria e isolamento físico da área de contenção, à qual nenhum empregado tem acesso. Adicional indevido.....	3/167
- Adicional de periculosidade. Armazenamento de líquido inflamável em área fora da construção vertical. Indevido.....	3/167
- Adicional de periculosidade. Eletricista. Cabimento. Prova pericial.....	2/105
- Adicional de periculosidade. Troca de cilindros de GLP. Exposição eventual. Indevido.....	6/364
- Adicional de periculosidade. Vigia.....	2/105
- Adicional de periculosidade. Vigilantes. Efeitos pecuniários.....	3/167
- Adicional noturno. Horas laboradas após às 5h. Jornada mista. Cabimento.....	1/61

- Adicional noturno. Jornada em prorrogação. Incidência	5/298
- Adicional noturno. Prorrogação da jornada. Norma coletiva que prevê o pagamento do adicional em percentual superior ao legal, limitando-o, todavia, ao período compreendido entre 22 e 5 horas da manhã. Condição mais vantajosa ao reclamante.....	3/167
- Adicional noturno. Prorrogação em horário diurno. Súmula n. 60, II, do C. TST.....	1/50
- Adicional por acúmulo de funções. Ausência de novação objetiva. Sentença mantida.....	1/50
- Adicional por tempo de serviço (quinqüênio). Art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo. Empregado celetista. Benefício devido.....	6/364
- Cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade. Impossibilidade.....	1/50
- Direito aos adicionais de insalubridade e de periculosidade. Possibilidade de cumulação. Não cabimento	5/298
- Direito aos adicionais de insalubridade e periculosidade. Cumulação. Impossibilidade.....	3/169
- Higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação. Coleta de lixo. Aplicação da Súmula n. 448, II, do C. TST	4/231
- Periculosidade. Exposição a agentes inflamáveis. Adicional devido.....	3/166, 3/168
- Prorrogação de jornada noturna em horário diurno. Adicional noturno. Hora noturna reduzida. Cabimento. Súmula n. 60, II, do C. TST	1/67

ADMINISTRAÇÃO

- Administração pública. Contratação sem prévia admissão em concurso público. Cargo em comissão. Vínculo jurídico-administrativo. Incompetência material da Justiça do Trabalho.....	2/106
- Administração pública. Culpa <i>in vigilando</i> . Ônus da prova.....	1/50
- Administração pública. Provimento, sem prévia aprovação em novo concurso público, em cargo ou emprego que não integra a carreira em que investido anteriormente. Impossibilidade	2/106
- Administração pública. Responsabilidade subsidiária. Configuração	5/298
- Administração pública. Terceirização de serviços. Responsabilidade subsidiária. Reconhecimento.....	2/106, 4/231, 6/364
- Fundação pertencente à administração pública. Necessidade de motivação para dispensa de empregados	1/50

AGRAVO

- Agravo de instrumento em agravo de petição. Decisão homologatória de acordo. Irrecorrível. Não provido	4/232
- Agravo de instrumento em agravo de petição. Decisão interlocutória. Irrecorribilidade.....	4/232
- Agravo de instrumento. Gratuidade da justiça. Matéria posta em recurso ordinário. Impossibilidade de o MM. Juízo <i>a quo</i> denegar seguimento ao recurso. Cerceamento de defesa configurado	2/116, 6/379
- Agravo de instrumento. Pedido de notificação exclusiva em nome de determinado advogado. Inobservância. Nulidade da intimação dirigida a outro causídico. Súmula n. 427 do C. TST	4/232
- Agravo de petição contra decisão que não conhece/rejeita exceção de pré-executividade. Natureza interlocutória. Incabível.....	5/299
- Agravo de petição e coisa julgada material. Limites incontornáveis do exercício do direito de defesa	1/51
- Agravo de petição em embargos de terceiro. Bloqueios em conta bancária conjunta. Possibilidade.....	5/299
- Agravo de petição. Ausência de delimitação de valores em relação a cada título. Não conhecimento do recurso.....	6/365

- Agravo de petição. Ausência de delimitação de valores. Não conhecimento do recurso.....	1/51, 4/232
- Agravo de petição. Ausência de garantia do Juízo da execução. Deserção.....	4/232, 5/299
- Agravo de petição. Ausência de interesse recursal. Violação ao princípio da dialeticidade. Não conhecimento do recurso	5/299
- Agravo de petição. Cálculos de liquidação. Coisa julgada	1/51
- Agravo de petição. Impossibilidade de inovação na fase de execução. Agravo desprovido	1/51
- Agravo de petição. Impugnação à sentença de liquidação. Incorreção. Ônus da prova.....	4/232
- Agravo de petição. Impugnação aos cálculos de liquidação. Preclusão temporal. Não ocorrência	6/365
- Agravo de petição. Penhora de valores relativos à restituição do Imposto de Renda. Impenhorabilidade absoluta. Liberação devida	5/299
- Agravo de petição. Pressuposto de admissibilidade. Delimitação de valores. Não observância do art. 897, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho. Não conhecimento.....	4/232
- Agravo de petição. Requisição de pequeno valor. Existência de lei municipal fixando valor teto. Aplicabilidade.....	5/299
- Agravo de petição. Responsabilidade subsidiária. Benefício de ordem. Execução prévia dos sócios da devedora principal. Inexigibilidade.....	1/51
- Agravo de petição. Sentença de liquidação. Cálculos de liquidação. Incorreção. Ônus da prova	1/51
- Agravo de petição. Teoria da causa madura. Aplicação no processo de trabalho.....	4/233, 5/299
- Agravo regimental em correição parcial. Decisão em cumprimento de mandado de segurança. Ato de índole jurisdicional. Tumulto ou erro procedimental não configurados. Existência de meios processuais próprios para questionar a juridicidade da decisão impugnada. Agravo a que se nega provimento.....	1/51
- Agravo regimental em correição parcial. Decisão jurisdicional proferida em segundo grau. Medida incabível. Agravo a que se nega provimento.....	6/365
- Agravo regimental em correição parcial. Decisão que designou audiência com fins conciliatórios e deferiu a apreciação de pedido de antecipação de tutela. Ato decorrente da liberdade de direção do processo assegurada ao juiz. Natureza jurisdicional. Ausência de tumulto processual. Agravo a que se nega provimento	1/52
- Agravo regimental em correição parcial. Decisão que determinou alteração da classe processual. Tumulto processual ou erro procedimental não configurados. Ato de índole jurisdicional e passível de revisão oportuna. Agravo a que se nega provimento.....	1/52
- Agravo regimental em correição parcial. Decisão que determinou de ofício a instauração de incidente para descon sideração da personalidade jurídica. Integração de pessoas físicas na execução. Recuperação judicial. Poder geral de cautela. Ato de índole jurisdicional. Mora processual não verificada. Tumulto ou erro procedimental não configurados. Existência de meios processuais próprios para questionar a legalidade da decisão impugnada. Agravo a que se nega provimento	1/52
- Agravo regimental em correição parcial. Decisão que indeferiu pedido de extensão de efeitos de ordem proferida em ação mandamental a outros processos. Ato de índole jurisdicional. Pretensão manifestamente incabível. Autorização regimental para indeferimento liminar. Agravo a que se nega provimento.....	1/52
- Agravo regimental em correição parcial. Decisão que indeferiu pedido de suspensão da execução. Natureza jurisdicional. Tumulto processual ou conduta abusiva não caracterizados. Agravo não provido	1/53
- Agravo regimental em correição parcial. Decisão que retificou vício prévio, porém manteve a validade de providências cautelares adotadas. Ato de natureza jurisdicional. Possibilidade de reexame pela via recursal. Agravo não provido.....	6/365

- Agravo regimental em correição parcial. Decisão que vetou a realização de assembleias de empregados promovidas pela empresa sem a anuência ou participação do sindicato. Ato de índole jurisdicional e passível de revisão pela via judicial. Tumulto processual ou erro procedimental não configurados. Agravo a que se nega provimento 1/53
 - Agravo regimental em correição parcial. Determinação de realização de perícia. Ato jurisdicional. Regular exercício do poder de direção do processo. Inexistência de viés tumultuário. Possibilidade de revisão por recurso. Agravo não provido..... 6/365
 - Agravo regimental em correição parcial. Imissão na posse de imóvel. Ato jurisdicional. Divergência na descrição do bem arrematado em mandados de imissão expedidos. Tumulto ou erro procedimental não configurados. Ausência de arbitramento de indenização. Possibilidade de discussão por meios processuais alheios à seara correicional. Agravo a que se nega provimento..... 1/53
 - Agravo regimental em correição parcial. Incompetência em razão da matéria. Processo judicial. Discussão alheia à seara correicional. Agravo não provido..... 1/53
 - Agravo regimental em correição parcial. Intempestividade do apelo. Agravo não conhecido 1/54
 - Agravo regimental em correição parcial. Prejuízo processual e viés tumultuário ou omissivo não comprovados. Agravo não provido 1/54
 - Agravo regimental em correição parcial. Reunião de execuções. Tramitação de agravo de petição em autos diversos do processo piloto. Tumulto ou erro procedimental não configurados. Excesso de execução. Ato de índole jurisdicional. Existência de meios processuais próprios para questionar a legalidade da decisão impugnada. Agravo a que se nega provimento 6/366
 - Agravo regimental em correição parcial. Sentença homologatória de cálculos. Arguição de afronta à coisa julgada. Questões de natureza jurisdicional e que comportam discussão por meio processual alheio à seara correicional 6/366
 - Agravo regimental em correição parcial. Sentença que determinou imediata reintegração da reclamante sob pena de multa diária. Ato de índole jurisdicional. Tumulto ou erro procedimental não configurados. Existência de meios processuais próprios para questionar a juridicidade da decisão impugnada. Agravo a que se nega provimento..... 1/54
 - Agravo regimental. Ação civil coletiva. Decisão que determinou a indicação dos valores correspondentes aos pedidos deduzidos na inicial antes da prolação da sentença. Natureza jurisdicional. Ausência de tumulto processual ou erro de procedimento. Possibilidade de reexame oportuno pela via recursal. Agravo não provido 1/54
 - Agravo regimental. Correição parcial. Decisão que instaurou incidente de descon sideração da personalidade jurídica. Natureza jurisdicional. Inexistência de tumulto processual ou viés abusivo. Possibilidade de discussão pela via processual adequada. Agravo não provido 6/366
 - Agravo regimental. Correição parcial. Decisão que reconhece nulidade de citação e afasta revelia e confissão. Natureza jurisdicional. Poder de condução do processo. Ausência de erro procedimental. Possibilidade de controle pela via recursal. Agravo não provido 6/366
- ALÇADA**
- Dissídios da alçada (Lei n. 5.584/1970). Recurso que não versa sobre matéria constitucional. Não conhecimento 2/106, 6/373
 - Valor de alçada. Não conhecimento do recurso 2/107

ALTA PREVIDENCIÁRIA

- Alta previdenciária. Retorno ao trabalho. Recusa da empresa não comprovada.....6/367

APOSENTADORIA

- Complementação de aposentadoria. Previ. Incompetência da Justiça do Trabalho. Decisão do STF. Repercussão geral 1/54

ASSÉDIO

- Conduta abusiva do empregador no poder de direção da reclamada. Assédio moral.....6/367

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

- Assistência judiciária gratuita. Art. 790, § 3º, da CLT. 40% do valor teto do maior benefício pago pelo INSS. Tabela aplicável 6/367

ASSISTENTE

- Assistente de negócios. Súmula n. 102, VI, do TST. Enquadramento no art. 224, *caput*, da CLT 3/168

ATIVIDADE EXTERNA

- Atividade externa compatível com a fixação de horário de trabalho. Possibilidade de controle de jornada. Inexistência de subsunção na exceção prevista no art. 62 da CLT..... 1/55

ATIVIDADE INSALUBRE

- Atividade insalubre. Caracterização. Previsão na NR-15 da Portaria do MTE n. 3.214/1978. Súmula n. 448, I, do TST 6/368

ATLETA

- Atleta. Futebol de salão. Futsal. Diferenciação entre o esporte profissional e o não profissional (amador). Característica principal do amador: a liberdade da prática. Ao primeiro se reconhece a existência de vínculo de emprego e, ao segundo, não.....2/107
- Atleta profissional. Ruptura antecipada do contrato por tempo determinado. Cláusula compensatória desportiva prevista no art. 28, II, § 3º, da Lei n. 9.615/1998 (“Lei Pelé”). Cabimento comedido 2/107

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

- Auxílio alimentação. Integração ao salário. Não cabimento..... 5/300
- Auxílio alimentação. Natureza do benefício. OJ n. 413 da SDI-1/TST..... 1/54
- Auxílio alimentação. Ônus da prova 4/233

BANCÁRIO

- Bancário contratado para cumprir seis horas diárias. Intervalos intrajornadas de uma hora previstos no art. 71, § 4º, da CLT. Possibilidade 1/55
- Bancário. Cargo de confiança 3/168
- Bancário. Jornada de trabalho. Cargo de confiança. Gerente geral de agência. Art. 62, II, da CLT 1/54
- Bancários. Esforços repetitivos na digitação. Intervalo de 10 minutos a cada 50 minutos trabalhados 6/368

- Caixa bancário. Intervalo de 10 minutos a cada 50 minutos trabalhados. Previsão em norma coletiva e regulamento interno direcionados aos empregados que se ativam permanentemente em serviços de digitação. Não cabimento 5/300
- CEF. Caixa executivo. Percepção cumulativa das verbas “quebra de caixa” e “gratificação da função”. Possibilidade 1/55
- CEF. Caixa. Percepção cumulativa das verbas “quebra de caixa” e “gratificação da função”. Possibilidade..... 5/300

BEM DE FAMÍLIA

- Bem de família. Caracterização. Impenhorabilidade 4/233
- Bem de família. Certidão do oficial de justiça. Prevalência sobre provas indiciárias acerca de propriedade, posse e ocupação do imóvel 6/368
- Bem de família. Pessoa singular. Impenhorabilidade. Caracterização..... 4/233

CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO

- Cálculos de liquidação. Atualização monetária. Índice aplicável. Coisa julgada.....5/300
- Cálculos de liquidação. Atualização monetária. Índice. Modulação 1/55
- Cálculos de liquidação. Horas extras. Adicional previsto em normas coletivas. Coisa julgada 5/300
- Cálculos de liquidação. Horas extras. Base de cálculo. Integração do adicional noturno..... 1/55
- Liquidação dos pedidos da petição inicial 1/55

CARGO DE CONFIANÇA

- Cargo de confiança. Art. 62, II, da CLT. Caracterização..... 4/233, 5/300
- Cargo de confiança. Art. 62, II, da CLT. Não configuração. Horas extras. Cabimento.....2/108
- Cargo de confiança. Art. 62, II, da CLT. Ônus da prova 6/364
- Cargo de confiança. Não caracterizado. Direito a horas extras 3/168

CARGO EM COMISSÃO

- Cargo em comissão. Verbas trabalhistas. Cabimento..... 3/168

CARTÃO DE PONTO

- Cartões de ponto não juntados. Súmula n. 338, I, do TST..... 3/169

CATEGORIA

- Categoria diferenciada. Norma coletiva aplicável..... 2/108, 3/177

CERCEAMENTO DE DEFESA

- Cerceamento de defesa. Nulidade da sentença..... 1/55
- Cerceamento do direito de defesa. Prova testemunhal. Indeferimento. Não caracterização 1/56
- Cerceamento do direito de defesa. Rito processual. Caracterização..... 1/56

CESTA BÁSICA

- Suspensão de cestas básicas durante o auxílio previdenciário 6/368

COISA JULGADA

- Coisa julgada. Exigibilidade do título executivo. Declaração de inconstitucionalidade pelo Tribunal de Justiça 3/169

COMPETÊNCIA

- Competência material da Justiça do Trabalho. Município de Cruzeiro. Lei Municipal n. 3.064/1997. Regime jurídico celetista..... 1/56
- Competência territorial. Ajuizamento da reclamação trabalhista no foro do domicílio do reclamante. Possibilidade. Acesso à justiça. Ausência de prejuízo ao empregador.....2/108
- Conflito negativo de competência. 11ª Câmara e Seção de Dissídios Coletivos. Recurso ordinário. Diferenças de contribuição sindical 6/369

CONCESSÃO

- Concessão de serviços públicos de transporte. Não configuração de terceirização prevista na Súmula n. 331 do TST 2/109

CONTRATO

- Contratação temporária para atender excepcional interesse público. Relação jurídico-administrativa. Incompetência da Justiça do Trabalho 4/233
- Contrato de gestão ou convênio. Omissão na fiscalização das obrigações trabalhistas. Responsabilidade subsidiária do ente público. Possibilidade..... 3/169
- Contrato de gestão. Ente público. Tomador de serviços. Responsabilidade subsidiária.....5/301
- Contrato temporário. Gestante. Inocorrência de estabilidade 2/109

CONTRIBUIÇÃO

- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA. Contribuição sindical rural. Inexistência de edital pessoal e específico. Pressuposto de constituição válido e regular do processo. Extinção sem resolução do mérito 1/56
- Contribuição assistencial. Restituição 3/179
- Contribuição assistencial/confederativa. Restituição.....2/109, 3/169, 3/177, 5/298, 5/303, 5/309
- Contribuição previdenciária sobre o terço de férias. Competência da Justiça do Trabalho..... 3/169
- Contribuição previdenciária. Fato gerador..... 3/170, 6/369
- Contribuição sindical rural. Notificação pessoal do devedor. Necessidade..... 1/56, 4/234
- Contribuição sindical rural. Requisitos. Ônus probatório. Revelia e confissão..... 3/170
- Contribuição sindical. Recolhimento facultativo e condicionado à prévia e expressa autorização dos interessados. Constitucionalidade dos dispositivos da Lei n. 13.467/2017 que extinguiram a compulsoriedade da contribuição sindical. Decisão proferida em sede de controle concentrado de constitucionalidade pelo STF. Efeito *erga omnes*..... 6/369
- Contribuições previdenciárias. Fato gerador. Incidência de juros e multa 1/56
- Contribuições previdenciárias. Fato gerador. Rendimentos pagos ou creditados. Inteligência da alínea “a” do inciso I do art. 195 da CF 5/301
- Contribuições sociais a terceiros. Execução. Incompetência da Justiça do Trabalho.....3/170
- Desconto. Contribuição assistencial..... 6/370
- Desconto. Contribuição confederativa..... 4/234
- Devolução de contribuições confederativas. Prova da filiação posterior. Descontos anteriores indevidos..... 6/379

- Direito do trabalho. Intangibilidade salarial. Contribuição confederativa. Descontos indevidos. Devolução..... 6/370
- Intangibilidade salarial. Contribuição confederativa. Descontos indevidos. Devolução..... 1/58

CONVÊNIO

- Convênio. Ente público. Tomador de serviços. Responsabilidade subsidiária..... 3/170

CORREÇÃO MONETÁRIA

- Atualização monetária. Índice. Modulação 4/234
- Atualização monetária. Índices aplicáveis. Modulação 5/301
- Correção monetária e juros moratórios. Parcelas vincendas 5/301
- Correção monetária. Aplicação da TR x IPCA-E.....2/114, 2/118, 3/170, 5/302, 6/385
- Débito trabalhista. Correção monetária. Índice IPCA-E.....1/61, 2/109, 2/117, 3/165, 3/168, 3/170, 3/172, 3/173, 4/234, 4/242, 5/309

CTPS

- Não entrega da CTPS pelo empregado para anotação. Litigância de má-fé do empregado não configurada..... 6/370

CUSTAS

- Processo do trabalho. Custas. Sucumbência recíproca. Procedência parcial da ação. Responsabilidade do empregador 3/171

DANO

- Dano existencial. Jornada excessiva. Não caracterização..... 2/108
- Dano moral. Acusação indevida de autoria de fato criminoso. Configuração. Indenização. Cabimento..... 3/183
- Dano moral. Agressão no ambiente de trabalho. Omissão do empregador. Indenização. Cabimento..... 4/234
- Dano moral. Arbitramento da indenização..... 4/235
- Dano moral. Atraso/inadimplemento de obrigações trabalhistas. Indenização indevida.....2/109, 3/171, 3/182, 6/370
- Dano moral. Ausência de pagamento das verbas rescisórias. Indevido 6/371
- Dano moral. Câmera de vigilância. Guarda-volumes. Local utilizado para troca de vestimenta. Violação da intimidade. Caracterização 5/302
- Dano moral. Conduta do empregador que exige do motorista, além das entregas de mercadorias, o transporte de valores. Havendo a ocorrência de roubo, resta configurado o dano moral..... 6/371
- Dano moral. Demonstração do prejuízo. Irrelevante. *Damnum in re ipsa*..... 1/57
- Dano moral. Indenização. Comprovação incontestada de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador. Imprescindibilidade. Trabalho externo. Cobrança de metas 3/171
- Dano moral. Indenização. Comprovação incontestada de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador. Imprescindibilidade. Revista de bolsas e mochilas. Poder diretivo do empregador. Ausência de ofensa aos direitos decorrentes da personalidade 2/110
- Dano moral. Indenização. Inadimplemento de salários. Cabimento 4/240
- Dano moral. Transporte de numerário. Atividade de risco. Cabimento 1/63

- Dano moral. Tratamento indigno no ambiente de trabalho. Indenização. Valor. Fixação. Razoabilidade	3/166
- Dano moral. Uso de imagem para fins comerciais. Reparação devida.....	6/371
- Dano moral. Vedação do uso de banheiro. Configuração	1/57
- Danos morais decorrentes de doença ocupacional. Ausência de nexo de causalidade entre o labor e a patologia. Indenização indevida	2/110
- Danos morais e danos materiais. Concausa. Indenização assegurada.....	6/371
- Danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho. Ausência de culpa da reclamada. Rompimento do nexo causal. Culpa exclusiva do obreiro. Ato imprevidente do empregado. Indenização indevida	6/372
- Danos morais e materiais decorrentes de doença ocupacional. Ausência de nexo de causalidade entre o labor e as patologias. Indenização indevida	6/372
- Danos morais e materiais. Doença do trabalho. Prescrição. Lesão posterior à vigência da Emenda Constitucional n. 45/2004	2/110
- Danos morais. Atraso no pagamento dos haveres rescisórios. Não caracterização.....	3/179, 3/183, 4/235, 5/298, 5/309
- Danos morais. Jornada excessiva.....	4/235
- Danos morais. Jornada excessiva. Não caracterização.....	3/175, 3/177
- Danos morais. Jornada excessiva. Supressão parcial do intervalo intrajornada.....	4/235
- Danos morais. Não caracterização.....	3/171
- Higienização ou lavagem de Equipamento de Proteção Individual. Responsabilidade do empregador. NR-6, item 6.6.1-F. Impossibilidade de transferir essa obrigação aos empregados. Configurado dano moral pela exposição dos empregados a risco.....	3/171
- Inadimplemento de verbas rescisórias. Indenização por dano moral.....	5/302
- Indenização danos morais e materiais. Doença ocupacional. Ausência de nexo causal. Não configuração	2/105
- Indenização por dano moral. Assédio moral não configurado.....	2/112
- Indenização por dano moral. Doença do trabalho. Valor condenatório. Critério.....	1/62
- Indenização por dano moral. Exposição a amianto. Probabilidade de adoecer. Não cabimento	3/172
- Indenização por dano moral. Exposição a amianto. Probabilidade de adoecer. Cabimento	2/110
- Indenização por danos morais e materiais. Doença ocupacional não comprovada. Natureza degenerativa. Ausência de nexo de causalidade.....	6/372
- Indenização por danos morais. Doença do trabalho. Nexo causal. Indenização devida.....	2/110
- Indenização por danos morais. Exposição ao amianto. Ausência de efetiva constatação de doença ocupacional	1/66, 6/380
- Indenização por danos morais. Falta de pagamento de verbas rescisórias. Não comprovação do dano. Indevida.....	5/302
- Indenização por danos morais. Uso indevido do nome e dos dados profissionais do empregado após a rescisão contratual.....	6/372
- Indenização por danos morais. Violação do disposto na NR-31 do TEM	1/62
- Promessa de emprego. Expectativa de contratação não demonstrada. Dano moral não caracterizado	5/302
- Transporte irregular de valores. Indenização por danos morais	1/66

DEPÓSITO

- Depósito judicial. Extinção da execução. Diferenças	3/172
---	-------

DESVIO DE FUNÇÃO

- Desvio de função. Não cabimento..... 2/112

DIÁRIA

- Pagamento de diária superior a 50% do salário. Natureza salarial reconhecida.....3/175

DIFERENÇA SALARIAL

- Diferenças salariais. Acúmulo de funções. Indevidas..... 4/235
- Diferenças salariais. Acúmulo de funções. Não caracterização 6/372
- Diferenças salariais. Parcelas vincendas. Ausência de pedido..... 1/57

DIREITO

- Direito material. Lei n. 13.467/2017. Aplicação imediata aos contratos em curso, ainda que iniciados em data anterior a 11.11.2017. Princípio da aderência contratual.....2/111
- Direito material. Lei n. 13.467/2017. Arts. 6º da LINDB e 5º, XXXV, da CF/1988. Aplicação imediata aos fatos verificados a partir de 11.11.2017. Respeito ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada..... 2/110
- Direito processual. Aplicação da Lei n. 13.467/2017. Inexistência de dispositivo na CLT que determine sua aplicação às ações em andamento. Institutos de natureza híbrida. Princípio da vedação à decisão que tome os litigantes de surpresa. Art. 10 do CPC de 20152/111

DISPENSA

- Dispensa discriminatória. Doença grave. Prova. Não configuração..... 5/302
- Dispensa imotivada após o retorno do afastamento previdenciário. Reclamante apto. Licitude. Indenização por danos morais. Indevida..... 5/303

DOENÇA

- Doença do trabalho (acidente do trabalho por equiparação). Nexo de causalidade e responsabilidade civil do empregador. Risco da atividade empresarial. Reparação por danos morais. Pertinência (§ 1º do art. 927 do NCC) 6/373
- Doença ocupacional. Ausência de nexo causal. Não configuração 1/50, 4/235
- Doença ocupacional. Ausência de nexo de causalidade. Ausência de incapacidade laboral. Reparação indevida 4/235
- Doença ocupacional. Dano moral. Ausência de incapacidade laboral. Não configuração..... 3/172
- Doença ocupacional. Não caracterização. Ausência de nexo causal. Prova pericial..... 1/58
- Doença ocupacional. Nexo de causalidade. Ausência. Reparação indevida 6/373
- Doença ocupacional. Nexo de causalidade. Indenização por danos moral e material. Cabimento..... 3/172
- Doença ocupacional. Responsabilidade civil. Indenização por danos materiais e morais. Ausência de nexo causal. Reparação indevida2/111
- Doença profissional. Prova pericial. Ônus da prova..... 1/62
- Doença relacionada ao trabalho. Estado incapacitante atual não constatado. Dano moral devido 1/58
- Perda auditiva. Doença ocupacional. Ausência de nexo causal e de incapacidade laboral. Indenização por dano moral. Não cabimento 1/58

DONO DA OBRA

- DER. Dono da obra. Não configuração 1/58
- Dono da obra. Equívoco da expressão. Responsabilidade..... 6/374
- Dono da obra. Responsabilidade solidária. Não cabimento..... 3/166

ECT

- ECT. Conflito entre o “AADC”, Adicional de Atividade de Distribuição e/ou Coleta Externa (destinado aos carteiros), e o adicional de periculosidade. Impossibilidade de cumulação dos adicionais. Art. 193, § 2º, da CLT 3/172
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Adicional de Atividade de Distribuição e/ou Coleta Externa (AADC) e adicional de periculosidade. Possibilidade de cumulação para os exercentes da função de carteiro motorizado. Identidade de percentual e de base de cálculo, mas natureza jurídica e motivação distintas 1/59

EMBARGOS

- Desconsideração da personalidade jurídica. Embargos de terceiro. Ilegitimidade.....4/236
- Embargos de declaração. Nulidade do acórdão de recurso ordinário. Composição do julgamento. Magistrado impedido. Acolhimento 5/303
- Embargos de declaração. Pressupostos. Omissão, contradição ou obscuridade não configuradas. Hipótese que não se insere na previsão dos arts. 1.022, incisos I e II, do NCPC, e 897-A da CLT..... 1/59, 4/236
- Embargos de terceiro. Doação do imóvel anterior ao ajuizamento da ação trabalhista. Não realização de registro do título translativo da propriedade. Princípio da boa-fé.....2/112
- Embargos declaratórios. Omissão configurada. Acolhimento. Complemento da prestação jurisdicional 2/112

EQUIPARAÇÃO

- Equiparação salarial. Identidade de funções. Ônus da prova 6/374
- Equiparação salarial. Requisitos legais não comprovados. Não cabimento 2/112, 3/166

ESTABILIDADE

- Estabilidade gestante. Ciência do estado gravídico e ajuizamento da ação. Princípio da boa-fé objetiva 4/236

EXECUÇÃO

- Bem indivisível. Copropriedade. Ressalva sobre o produto da alienação..... 1/59
- Delimitação justificada quanto às matérias e valores incontroversos. Não exigência do credor..... 6/374
- Desconsideração da personalidade jurídica. Associação sem fins lucrativos. Redirecionamento da execução em face do administrador 5/303
- Desconsideração da personalidade jurídica. Sócia oculta ou de fato. Procuradora bancária de sócio executado. Não caracterização 5/303
- Exceção de pré-executividade rejeitada. Irrecorribilidade 1/59
- Execução fiscal. Arquivamento provisório 1/59
- Execução. Coisa julgada. Erro material. Correção. Possibilidade..... 3/173
- Execução. Conta bancária destinada a pagamento de salários. Impenhorabilidade afastada 1/59

- Execução. Contribuições previdenciárias. Vínculo de emprego reconhecido em Juízo. Incompetência da Justiça do Trabalho	5/304
- Execução. Decisão interlocutória. Natureza terminativa. Recorribilidade	1/60
- Execução. Entrega de certidão de crédito trabalhista, pelo MM. Juízo de 1ª Instância, ao credor exequente	3/173
- Execução. Excesso de penhora. Inocorrência	3/173
- Execução. Honorários advocatícios. Não cabimento	1/60
- Execução. Impossibilidade de prosseguimento. Ausência de acervo patrimonial e financeiro do devedor. Arquivamento do feito. Possibilidade de reativação da execução no PJe	5/304
- Execução. Inadimplência do débito pela devedora principal. Responsabilidade imediata da devedora subsidiária	4/236
- Execução. <i>Iter</i> procedimental	1/60
- Execução. Liquidação. Cálculos. Concordância expressa. Retificação parcial da conta. Irresignação contra tópico diverso. Impossibilidade. Preclusão lógica	2/112
- Execução. Penhora. Gradação legal	4/236
- Execução. Prosseguimento. Certidão de crédito. Arquivamento. Cabimento. Princípio da cooperação. Insolvência do devedor	1/60
- Execução. Redirecionamento. Devedor subsidiário	2/112, 3/173, 5/304
- Execução. Redirecionamento. Dívida ativa da União. Multas administrativas. Sócio administrador. Dissolução irregular da sociedade. Não cabimento	6/374
- Execução. Requisição de pequeno valor. Município de Lupércio	1/60
- Execução. Responsabilidade subsidiária. Benefício de ordem	2/113, 3/173
- Execução. Responsabilidade subsidiária. Benefício de ordem. Não cabimento	1/60, 2/112, 4/237, 5/304
- Execução. Responsabilidade subsidiária. Benefício de ordem. Ônus para a indicação de bens passíveis de execução	6/375
- Execução. Reunião de ações. Possibilidade. Devido processo legal. Observância	2/113
- Execução. Sentença de liquidação. Título executivo. Observância	1/51, 3/170, 3/174, 5/304
- Fraude à execução. Bem alienado antes do registro da penhora. Não comprovada má-fé do adquirente. Não configurada. Aplicação da Súmula n. 375 do C. STJ	6/375
- Fraude à execução. Caracterizada	3/174
- Fraude à execução. Terceiro adquirente de boa-fé. Não ocorrência	3/174
- Matérias pertinentes à fase de execução. Discussão. Garantia do juízo. Pressuposto de admissibilidade. <i>Conditio sine qua non</i>	4/237
- Parcelamento do crédito exequendo. Reconhecimento do valor devido. Oposição de embargos à execução. Provocação de incidente manifestamente infundado. Litigância de má-fé. Caracterização	6/375
- Penhora de parte do benefício previdenciário “pensão por morte”. Possibilidade	2/118
- Penhora	6/375
- Redirecionamento da execução. Responsabilidade subsidiária. Ente público. Juros apurados após depósito do valor	3/174
- Reunião de execuções. Processo piloto. Celeridade e efetividade	4/237
EXONERAÇÃO	
- Exoneração de empregado público. Extinção de cargo. Reintegração. Despesas com pessoal	6/375

EXTINÇÃO

- Extinção do feito sem resolução do mérito. Ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Contribuição sindical rural. Notificação pessoal do sujeito passivo. Necessidade 2/113
- Não comparecimento do autor à audiência inicial. Arquivamento da ação. Art. 844 da CLT. Extinção do feito sem resolução do mérito..... 1/60
- Parte falecida antes da citação. Relação jurídico-processual não constituída. Processo extinto sem julgamento do mérito 2/113

FÉRIAS

- Dobra das férias. Art. 6, OIT 132 5/308
- Férias. Fruição na época própria. Pagamento extemporâneo. Dobra devida 1/60
- Férias. Gozo na época própria. Remuneração fora do prazo previsto no art. 145 da CLT. Dobra devida. Art. 137 da CLT e Súmula n. 450 do C. TST 3/174
- Férias. Pagamento extemporâneo. Dobra. Arts. 137 e 145 da CLT. Súmula n. 450 do TST 1/61, 4/237, 5/304
- Férias. Pagamento extemporâneo. Dobra. Incidência 4/237, 6/376
- Férias. Pagamento fora do prazo previsto no art. 145 da CLT. Incidência da dobra determinada pelo art. 137 da CLT 2/113
- Férias. Recesso escolar. Terço remuneratório. Legislação municipal. Cabimento.....3/174
- Férias. Remuneração fora do prazo previsto no art. 145 da CLT. Pagamento em dobro nos moldes do art. 137 da CLT. Exegese das Súmulas n. 450 do C. TST e n. 52 deste Tribunal Regional 2/113, 3/174, 4/237
- Pagamento regular e integral das férias. Prova 4/237

FGTS

- Diferenças do FGTS. Regularidade do recolhimento na conta vinculada. Ônus da prova..... 3/175, 4/237
- FGTS. Município de Cruzeiro. Regime celetista reconhecido. Devidos os depósitos.....4/238
- FGTS. Prescrição. Decisão do STF. ARE 709212/DF. Modulação dos efeitos. Prescrição. Contagem a partir de 13.11.2014..... 3/175
- FGTS. Termo de parcelamento da dívida com a CEF. Direito do empregado ao adimplemento integral dos depósitos não recolhidos pelo empregador..... 1/61, 4/238, 4/240

FUNDAÇÃO

- Fundação Casa. Férias. “Verba transitória”. Pendência judicial. Dobra. Não incidência.....3/175
- Fundação Casa/SP. Quinquênios devidos ao empregado contratado sob o regime da CLT. Art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo..... 3/175

GERENTE

- Gerente de contas. Cargo de confiança bancário. Configuração..... 3/175

GESTANTE

- Empregada gestante. Desconhecimento do estado gravídico pelo empregador. Estabilidade. Indenização substitutiva. Súmula n. 244 do TST 5/304
- Estabilidade provisória. Gestante. Ajuizamento tardio da reclamação trabalhista. Abuso de direito não configurado 1/61

GORJETA

- Cobrança de taxa de serviços. Previsão coletiva de distribuição aos empregados, sem fazer distinção às funções exercidas 1/66

GRATIFICAÇÃO

- Gratificação de assiduidade. Verba declarada inconstitucional. Integração ao salário. Não cabimento. Município de Franca 2/114

GRUPO ECONÔMICO

- Grupo econômico. Ausência de demonstração de controle central exercido por uma das empresas, ou que todas juntas participem do empreendimento comum. Não caracterização 1/61, 2/114

HONORÁRIOS

- Honorários advocatícios de sucumbência. Extinção do processo sem resolução do mérito. Lei n. 13.467/2017. Reforma trabalhista. Não adoção da causalidade ampla. Silêncio eloquente do legislador. Indevidos 5/305
- Honorários advocatícios. Cabimento 1/57, 5/305
- Honorários advocatícios. Honorários periciais. Sucumbência. Ação ajuizada antes da vigência da Lei n. 13.467/2017 (Reforma Trabalhista). Inaplicabilidade da lei nova 4/238
- Honorários advocatícios. Honorários sucumbenciais. Reforma trabalhista (Lei n. 13.467/2017). Cumulação. Não cabimento 3/175
- Honorários advocatícios. Não cabimento 3/166, 5/298, 5/305
- Honorários advocatícios. Princípio da aplicação imediata das normas processuais 2/114, 4/239, 6/376
- Honorários advocatícios. Reforma trabalhista. Cabimento 1/61, 1/64, 3/168, 3/177, 3/179, 4/241
- Honorários advocatícios. Sucumbência. Ação ajuizada antes da vigência da Lei n. 13.467/2017 (Reforma Trabalhista). Inaplicabilidade da lei nova 2/114, 4/240, 6/376
- Honorários advocatícios. Sucumbência. Ação proposta antes da vigência da Lei n. 13.467/2017 3/182, 4/234, 5/298
- Honorários advocatícios. Sucumbência. Lei n. 13.467/2017 1/49, 5/305, 5/306
- Honorários advocatícios. Súmula n. 219 do C. TST 4/234, 4/239
- Honorários de sucumbência. Ação ajuizada antes do início da vigência da Lei n. 13.467/2017. Inaplicabilidade 1/62
- Honorários de sucumbência. Ação ajuizada após o início da vigência da Lei n. 13.467/2017. Aplicabilidade 1/56, 1/67
- Honorários periciais contábeis. Redução 5/307
- Honorários periciais. Demanda ajuizada após a vigência da Lei n. 13.467/2017. Interpretação do art. 790-B da CLT à luz da Constituição Federal 1/65
- Honorários periciais. Fase de execução. Responsabilidade 5/305
- Honorários sucumbenciais recursais. Processo do trabalho. CPC, art. 85, § 11, do CPC. Majoração de ofício 1/62, 6/376
- Honorários sucumbenciais 3/176
- Honorários sucumbenciais. Razoabilidade. Manutenção 3/174

HORAS EXTRAS

- Banco de horas. Acordo de compensação. Cumulação. Possibilidade 4/239
- Diferenças de horas extras. Apontamento pelo reclamante. Demonstrativo não infirmado 4/239

- Domingos e feriados. Horas extras. Diferenças. Prova.....	3/179
- Horas extras e intervalo intrajornada. Vendedor. Trabalho externo. Comparecimento do reclamante diariamente à sede da reclamada. Não incidência do art. 71, § 4º, da CLT	3/176
- Horas extras e reflexos. Vendedor externo. Art. 62, I, da CLT. Inexistência de controle do horário de trabalho. Indevidas	2/115
- Horas extras habituais. Acordo de compensação. Invalidez	5/305
- Horas extras por alegado descumprimento de norma coletiva. Regime 12x36. Indevidas	3/176
- Horas extras. Ausência de cartões de ponto. Súmula n. 338, I, do TST	3/166, 3/176
- Horas extras. Bancário. Cargo de confiança. Não comprovação. Art. 224, <i>caput</i> , da CLT	6/377
- Horas extras. Banco de horas. Invalidez	1/63
- Horas extras. Cartões de ponto. Anotações de horários variáveis. Validade	2/108, 3/175
- Horas extras. Gerente. Cargo de confiança. Bancário	3/176
- Horas extras. Intervalo intrajornada. Não comprovação	2/105
- Horas extras. Jornada especial de 12 horas, em regime de 2x2. Indevidas	3/177
- Horas extras. Minutos residuais	1/67
- Horas extras. Minutos residuais. Cabimento	3/178
- Horas extras. Minutos residuais. Tempo à disposição. Espera da condução. Indevidas.....	2/115
- Horas extras. Motorista. Intervalo intrajornada. Fruição. Irregularidade. Efetivo labor. Cabimento	2/115
- Horas extras. Prova	5/305
- Horas extras. Tempo à disposição para troca de uniforme. Café da manhã. Aguardo do transporte fornecido pelo empregador. Cabimento	2/115
- Sistema Syllabus. Tarefas que não se confundem com a “hora atividade”. Horas extras devidas.....	2/115

HORAS IN ITINERE

- Horas <i>in itinere</i> . Alteração da base de cálculo por negociação coletiva. Invalidez.....	6/377
- Horas <i>in itinere</i> . Cabimento	1/61, 4/235, 4/238
- Horas <i>in itinere</i> . Empresa localizada em local de fácil acesso. Não cabimento.....	5/305
- Horas <i>in itinere</i> . Linhas intermunicipais. Cabimento.....	4/239
- Horas <i>in itinere</i> . Trabalhador rural após a Lei n. 13.467/2017.....	6/377
- Horas <i>in itinere</i> . Transporte público regular e compatível com a jornada de trabalho. Ausência de prova	4/239, 4/240

INCIDENTE DE RECURSO REPETITIVO

- Incidente de Recurso Repetitivo n. 1384-61.2012.5.04.0512 (Tema Repetitivo n. 14). Intervalo intrajornada. Supressão mínima. Extrapolação. Pagamento	2/115, 4/239
--	--------------

INÉPCIA

- Ausência de discriminação de valores. Processo em rito ordinário. Inépcia da inicial. Não configurada	5/306
---	-------

INTERVALO DE TRABALHO

- Direito do trabalho. Jornada. Intervalo do art. 384 da CLT. Pertinência	6/370
- Elastecimento do intervalo intrajornada. Inexistência de ajuste individual ou coletivo. Tempo à disposição do empregador. Horas extraordinárias devidas	6/377

- Intervalo de 15 minutos que antecede a jornada extraordinária. Art. 384 da CLT.....1/62,
3/167, 3/176, 5/298
- Intervalo do art. 384 da CLT. Proteção ao trabalho da mulher. Constitucionalidade.
Horas extras devidas 1/63
- Intervalo do art. 384 da CLT. Recepção pela Constituição da República de 1988.
Ausência de ofensa ao princípio da isonomia 1/63
- Intervalo interjornadas. Horas extras e reflexos 2/108
- Intervalo interjornadas. Horas extras 4/235
- Intervalo intrajornada para almoço 2/109, 3/170
- Intervalo intrajornada para refeição e descanso. Supressão parcial. Pagamento de
uma hora extraordinária completa. Natureza jurídica salarial 1/63
- Intervalo intrajornada. Anotação do período nos cartões de ponto. Variações míni-
mas. Incidência da Súmula n. 366 do C. TST. Tema Repetitivo n. 14 do C. TST.....1/63
- Intervalo intrajornada. Concessão parcial. Direito ao recebimento do tempo inte-
gral 4/240, 4/243, 6/378
- Intervalo intrajornada. Natureza jurídica. Reflexos 4/240, 6/378
- Intervalo intrajornada. Pré-assinalação. Prova 3/177
- Intervalo intrajornada. Prorrogação da jornada contratual de seis horas diárias 4/240
- Intervalo intrajornada. Supressão parcial. Não caracterização. Tempo gasto no des-
locamento até o refeitório 3/166, 3/179
- Intervalo intrajornada. Supressão parcial. Não comprovação 3/177
- Intervalo intrajornada. Supressão parcial. Pagamento do período integral 4/240
- Intervalo intrajornada. Supressão. Não comprovação 5/306
- Intervalo intrajornada. Supressão. Pagamento. Reflexos 2/108, 2/115, 2/121, 3/176, 4/240
- Intervalo previsto no art. 384 da CLT. Aplicabilidade 5/306. 6/378

JORNADA DE TRABALHO

- Direito do trabalho. Jornada de trabalho. Alternância de horário. Turno ininterrupto
de revezamento. Caracterização 1/57
- Direito do trabalho. Jornada de trabalho. Tempo à disposição do empregador. Con-
figuração. Horas extras devidas 1/57
- Jornada 12x36. Intervalo para refeição e descanso não usufruído. Direito ao inter-
valo intrajornada, mas não à hora extraordinária 1/63
- Jornada de trabalho móvel e variável. Abuso de direito do empregador 2/116
- Jornada de trabalho. Não juntada de controles de ponto. Presunção de veracidade
da jornada apontada na inicial 6/378
- Tempo de espera. Natureza jurídica salarial e não indenizatória 4/241

JUROS DE MORA

- Juros de mora. Fazenda pública. Art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997. Redação conferida
pela Lei n. 11.960/2009. Responsabilidade subsidiária. Inaplicabilidade 5/309

JUSTA CAUSA

- Briga de empregados em frente ao portão de entrada da sede da reclamada. Justa
causa configurada por agressão ao colega 6/378
- Conversão da justa causa em dispensa imotivada. Indenização por danos morais.
Não cabimento 3/176
- Reversão da justa causa. Ausência de prova de motivos ensejadores da aplicação
da pena máxima ao trabalhador 6/379

JUSTIÇA GRATUITA

- Beneficiário da justiça gratuita. Recolhimento de custas processuais. Ação proposta antes da entrada em vigor da Lei n. 13.467/2017 6/379
- Gratuidade judiciária requerida em recurso ordinário. Competência para apreciação. Efeitos 4/238
- Justiça gratuita e litigância de má-fé. Institutos que não se confundem 6/379
- Justiça gratuita. Dispensa do depósito prévio recursal e das custas. Empregador pessoa física ou jurídica. Possibilidade. Agravo de instrumento em recurso ordinário.....6/379
- Justiça gratuita. Dispensa do depósito prévio recursal e das custas. Empregador pessoa física ou jurídica. Possibilidade. Empresa em recuperação judicial. Agravo de instrumento em recurso ordinário. Aplicação dos arts. 790, §§ 3º e 4º, 899, § 10, ambos da CLT, e art. 98, § 1º, do CPC..... 3/178
- Justiça gratuita. Dispensa do depósito recursal e das custas. Empregador pessoa física ou jurídica. Possibilidade. Agravo de instrumento em recurso ordinário..... 2/116
- Justiça gratuita. Empresa em recuperação judicial. Dispensa do depósito prévio recursal e das custas empregador pessoa física ou jurídica. Possibilidade. Agravo de instrumento em recurso ordinário 6/380
- Justiça gratuita. Empresa em recuperação judicial. Hipossuficiência econômico-financeira 1/64
- Justiça gratuita. Indeferimento..... 3/178
- Justiça gratuita. Reclamante. Percebimento de salário inferior a 40% do teto de benefícios do regime geral da previdência. Cabimento..... 1/64
- Justiça gratuita. Reclamante. Reforma trabalhista. Deferimento 5/306
- Justiça gratuita. Requisitos..... 2/112, 3/166, 5/309

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

- Litigância de má-fé atribuída ao reclamante. Justiça gratuita denegada. Recurso ordinário deserto..... 3/178

MANDADO

- Mandado de segurança. Apreensão de CNH e passaporte. Segurança concedida.....2/116
- Mandado de segurança. Exceção de pré-executividade. Existência de meio processual próprio para revisão da decisão impugnada. Inadmissibilidade 2/117
- Mandado de segurança. Execução trabalhista. Penhora. Conta salário. CPC. Legalidade 2/117
- Mandado de segurança. Execução. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Art. 855-A da CLT. Observância 2/117
- Mandado de segurança. Inclusão no polo passivo. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica..... 2/117
- Mandado de segurança. Penhora de renda ou faturamento da empresa. Inviabilidade da atividade empresarial. Comprovação. Segurança concedida 2/117
- Mandado de segurança. Penhora de renda ou faturamento da empresa. Inviabilidade da atividade empresarial. Comprovação. Segurança concedida. Limitação da penhora..... 1/64
- Mandado de segurança. Penhora de repasses. Empresa educacional. Limitação. Cabimento. Execução pelo modo menos gravoso ao devedor 1/64
- Mandado de segurança. Penhora de salário. Ação monitória. Execução de crédito sindical. Ilegalidade 2/117
- Mandado de segurança. Perda de objeto. Ocorrência. Extinção da ação mandamental.....2/117

MASSA FALIDA

- Falência. Juros de mora 1/64
- Falência. Suspensão da prescrição. Não cabimento 3/178
- Massa falida. Juros de mora..... 1/64
- Massa falida. Multa do art. 477 da CLT. Falência decretada antes a rescisão contractual. Não cabimento..... 2/117
- Massa falida. Multa do art. 477 da CLT. Falência decretada após a rescisão contractual. Cabimento..... 3/178

MÉDICO

- Médico plantonista. Prestação de serviços por meio de pessoa jurídica constituída especificamente para esse fim. Vínculo empregatício não reconhecido. Diferenças de pagamentos de plantões. Competência da Justiça do Trabalho. CF/1988, art. 114, inciso I. Possibilidade..... 1/64

MOTORISTA

- Motorista. Controle e registro de jornada. Empresa com menos de 10 empregados.....4/241

MULTA

- Direito do trabalho. Multa do art. 477, CLT. Pagamento imperfeito. Descabimento.....6/380
- Multa do art. 467 da CLT. Modalidade da rescisão contratual. Verbas rescisórias controversas. Não cabimento 4/241
- Multa do art. 467 da CLT. Não cabimento 4/235
- Multa do art. 477 da CLT. Incorreção do pagamento das verbas rescisórias reconhecido em Juízo. Não cabimento 5/305
- Multa do art. 477 da CLT. Não cabimento 5/306
- Multa normativa. Cabimento..... 5/303
- Multa por descumprimento de acordo. Redução. Boa-fé. Cabimento..... 1/65
- Multa por descumprimento de obrigação de fazer. Fixação. Razoabilidade 6/380
- Multa/astreintes. Cumprimento de obrigação de fazer. Intimação específica. Exigibilidade 3/178

MUNICÍPIO

- Município de Amparo. Promoção via não acadêmica. Lei Municipal n. 2.913/2003.....4/242
- Município de Iguape. Lei Complementar Municipal n. 96/2016. Recomposição salarial. Ano eleitoral. Possibilidade 4/241
- Município de Iguape. Revisão geral anual. Ano eleitoral. Período crítico. Vedação contida na legislação eleitoral não caracterizada 5/306
- Município de Piracicaba. Abono desempenho. Lei Municipal n. 3.925/1995. Integração ao salário indevida 2/118
- Município de Pirassununga. Legislação municipal. Motorista. Diferenças salariais. Isonomia. Vedação. Princípios da legalidade e separação dos poderes 4/241

NULIDADE

- Nulidade processual. Cerceamento do direito de defesa. Não caracterização 3/178
- Recurso ordinário. Nulidade do auto de infração por descumprimento do art. 74 da CLT. Controle da jornada. Sistema alternativo. Portaria n. 373/2011 1/65

PDV

- Direito do trabalho. Adesão do empregado a PDV instituído diretamente pelo empregador, sem negociação coletiva. Quitação geral do contrato de trabalho. Invalidez.....5/307
- Transação. Adesão a programa de desligamento voluntário. Ocorrência..... 3/179
- Transação. Adesão a programa de desligamento voluntário. Ocorrência. Não aplicação do Precedente Jurisprudencial n. 270 do C. TST 3/179

PENA DE CONFISSÃO

- Pena de confissão. Jornada de trabalho declinada na inicial. Presunção de veracidade.....5/303

PERÍCIA

- Laudo pericial inconclusivo. Determinação de nova perícia, de ofício, pelo órgão julgador de 2º grau. Possibilidade 5/307
- Laudo pericial. Fundamentos deficientes. Princípio da motivação..... 5/307
- Liquidação de sentença. Cálculos complexos. Designação de perícia contábil.....5/307

PRAZO

- Prazo não concedido para emenda da inicial. Extinção do processo sem resolução de mérito. Impossibilidade 3/179

PRECATÓRIO

- Precatário. Pagamento fora do prazo do art. 100, § 5º, da CF. Juros de mora. Incidência desde a expedição 2/118

PRÊMIO

- Direito do trabalho. Prêmio produtividade. Caráter salarial. Integração ao contrato de trabalho 1/57
- Prêmio produtividade. Natureza salarial. Reflexos. Cabimento 3/177

PRESCRIÇÃO

- Prescrição. Arguição em sede recursal. Possibilidade 1/65
- Prescrição. Exposição ao amianto. Dano ao meio ambiente do trabalho e ausência de cuidados previstos em lei com a saúde dos trabalhadores 1/66, 6/380

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

- Art. 840 da CLT. Pedido certo, determinado e com indicação do valor. Descumprimento pelo reclamante. Inexistência de negativa de prestação jurisdicional 1/66
- Negativa de prestação jurisdicional. Inocorrência 3/180

PROCESSO

- Processo trabalhista. Art. 523, § 1º, do CPC/2015. Inaplicabilidade 3/177

PROFESSOR

- Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Horas-atividade. 1/3 do salário base. Não cabimento 3/180
- Professor. Diferenças salariais. Redução da carga horária. Fato impeditivo. Ônus da prova 5/305

PROTESTO JUDICIAL

- Protesto judicial. Interrupção da prescrição. Aplicabilidade. Reforma trabalhista.....5/308

PROVA

- Contradita de testemunha. Prova do interesse. Acolhimento que se impõe 1/66
- Produção de prova oral. Indeferimento. Pertinência da prova. Cerceamento de defesa 3/180, 6/381

QUEBRA DE CAIXA

- Quebra de caixa. Cumulação com a função gratificada. Possibilidade..... 5/308

REAJUSTE SALARIAL

- Reajustes salariais fixados pelo Cruesp (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais). Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - Famerp. Inaplicabilidade 4/242
- Reajustes salariais fixados pelo Cruesp (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais). Inaplicabilidade: Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto.....4/242

RECUPERAÇÃO

- Recuperação judicial. Execução trabalhista. Competência do Juízo universal. Bloqueio de valores 1/67
- Recuperação judicial. Multas dos arts. 467 e 477 (§ 8º) da CLT. Súmula n. 388 do C. TST. Inaplicabilidade 1/67

RECURSO

- Preliminar de não conhecimento do recurso arguida em contrarrazões 6/381
- Recurso ordinário. Deserção. Depósito recursal. Isenção. Pessoa jurídica. Micro-empresa. Justiça gratuita. Insuficiência financeira e patrimonial. Prova 3/180
- Recurso ordinário. Impossibilidade de o MM. Juízo *a quo* denegar seguimento ao recurso. Cerceamento de defesa 3/181
- Remessa necessária. Não conhecimento 4/242

REFLEXOS

- Pagamento extrafolha. Integração. Reflexos..... 1/65, 5/309
- Reflexos do prêmio/produção nas verbas rescisórias. Ônus da prova 5/308

RELAÇÃO DE EMPREGO

- Direito do trabalho. Vínculo empregatício. Requisitos. Prestação de serviços admitida pela reclamada. Ônus probatório..... 3/181
- Prestação de serviços de faxina à pessoa jurídica. Preenchimento dos requisitos dos arts. 2º e 3º da CLT. Vínculo empregatício caracterizado..... 6/381
- Relação de emprego doméstica. Labor em no máximo dois dias por semana. Não configuração. Lei Complementar n. 150/2015..... 2/119
- Vínculo de emprego. Prestação de serviço autônomo. Pejotização inexistente 6/381
- Vínculo de emprego. Representação comercial. Ausência de subordinação. Não configuração 2/119
- Vínculo empregatício não reconhecido. Ausência dos requisitos essenciais..... 6/382

- Vínculo empregatício. Caracterização.....	5/308
- Vínculo empregatício. Pastor evangélico. Requisitos do art. 3º da CLT. Não caracterização	3/180
- Vínculo empregatício. Requisitos do art. 3º da CLT. Não caracterização	1/56

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

- Direito do trabalho. DSR. Cálculo após o advento da Constituição Federal de 1988. Empregado que recebe por produção, tarefa ou peça	5/308
- DSRs. Incorporação ao salário-hora. Norma coletiva. Prazo de validade vencido.....	1/67
- DSRs. Reflexos das horas extras	3/181

RESCISÃO

- Adesão ao plano de apoio aposentadoria. Pedido de diferenças de verbas rescisórias	6/368
- Rescisão indireta. Irregularidade dos depósitos de FGTS. Não ocorrência.....	2/119, 3/181

RESPONSABILIDADE

- Responsabilidade solidária do sócio	6/382
- Responsabilidade solidária ou subsidiária. Dono da obra. Inexistência. Inteligência da Orientação Jurisprudencial n. 191 da SBDI-1 do C. TST	4/242
- Responsabilidade solidária. Grupo econômico	2/119
- Responsabilidade subsidiária do ente público tomador de serviços. Conduta culposa. Negligência	1/67
- Responsabilidade subsidiária do ente público. Dona da obra. Inexistência. Orientação Jurisprudencial n. 191 da SBDI-I do C. TST.....	3/181
- Responsabilidade subsidiária inexistente. Tomadora dos serviços: União Federal. Ente integrante da administração pública direta. Exegese do art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993	6/382
- Responsabilidade subsidiária inexistente. Tomadoras dos serviços: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Ceagesp - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo. Entes integrantes da administração pública indireta. Exegese do art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993	3/182
- Responsabilidade subsidiária. Anotação de CTPS. Obrigação personalíssima. Astreinte.....	6/382
- Responsabilidade subsidiária. Empreitada por obra certa. Aplicação da OJ n. 191 da SDI-1 do C. TST	3/182, 5/309
- Responsabilidade subsidiária. Ente público. Necessidade de prova de ausência de fiscalização	6/383
- Responsabilidade subsidiária. Ente público. Tomador de serviços. Culpa <i>in vigilando</i> . Observância dos arts. 927 e 186 do Código Civil.....	6/383
- Responsabilidade subsidiária. Esgotamento da execução em face do devedor principal. Inadimplência	4/243
- Responsabilidade subsidiária. Município de Sorocaba. Contrato de gestão. Hipótese de cooperação, não de intermediação. Não incidência da Súmula n. 331, IV, do C. TST.....	3/182
- Responsabilidade subsidiária. Observância da Súmula n. 331, IV, do C. TST	4/243, 6/383
- Responsabilidade subsidiária. Súmula n. 331, IV, TST. Art. 8º, CLT. Art. 186, CC.....	1/68, 3/182, 6/383

REVELIA

- Revelia e confissão *ficta*. Distinção entre ambas. Ausência à audiência, com contestação e documentos previamente encartados nos autos judiciais eletrônicos.....6/384

SALÁRIO

- Pagamento de salários “por fora”. Depósitos bancários sem identificação do depositante 3/182
- Salário complessivo. Vedação..... 2/119
- Salário extrafolha. Prova. Integração. Não cabimento 3/183
- Salário. Pagamento sob denominação diversa. Salários pagos em valor fixo, sob a rubrica “Comissões”. Valor variável pago “por fora”, mediante créditos bancários na conta salário 4/243

SERVIDOR PÚBLICO

- Servidor público celetista. Dispensa automática em razão da aposentadoria voluntária. Impossibilidade 2/119
- Servidor público. Contrato de trabalho anotado em CTPS. Cargo em comissão. Ausência de aprovação prévia em concurso público. Incompetência da Justiça do Trabalho..... 3/183

SINDICATO

- Sindicato. Substituição processual. Ilegitimidade ativa *ad casusam*. Direitos individuais homogêneos 1/68

TERCEIRIZAÇÃO

- Terceirização lícita. Responsabilidade subsidiária 6/384
- Terceirização lícita. Responsabilidade subsidiária. Abrangência 3/183, 5/309
- Terceirização lícita. Responsabilidade subsidiária. Contrato de empreitada. Usina de açúcar e álcool. Serviços de manutenção do parque industrial. Cabimento. Abrangência..... 2/120
- Terceirização na atividade fim. Lícita. Tese de Repercussão Geral n. 725 do STF.....3/183
- Terceirização. Empregado de loja de departamento. Atividades de operações com cartões de crédito. Licitude..... 6/384
- Terceirização. Ente público. Responsabilidade subsidiária 5/309
- Terceirização. Inexistência de prova da efetiva fiscalização do contrato pelo ente público. Responsabilização subsidiária mantida 1/68
- Terceirização. Pessoa jurídica de direito público como tomadora e beneficiária dos serviços prestados. Responsabilidade subsidiária pelas obrigações trabalhistas. Inteligência dos arts. 1º e 37 da CF/1988, arts. 186 e 187 do Código Civil, arts. 67 e 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, e julgamento ADC 16 do STF 1/68, 2/120
- Terceirização. Responsabilidade subsidiária. Configuração 1/69
- Terceirização. Serviços de auxiliar limpeza. Ente público. Responsabilidade subsidiária..... 3/183
- Terceirização. Tomador de serviços. Responsabilidade subsidiária..... 1/69

TESTEMUNHA

- Testemunha. Suspeição não configurada..... 4/243

TÍTULO JUDICIAL

- Amerp. Título executivo judicial. Inexigibilidade. Reajustes Cuesp. Tese Prevalente n. 2 deste Regional. Interpretação majoritária da Câmara. Não vinculação.....6/385
- Declaração de inexigibilidade de título judicial, fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais..... 4/242
- Título executivo. Obrigação de fazer. Atraso no cumprimento. Culpa do credor. Multa. Não incidência 1/69

TRABALHO EXTERNO

- Atividade externa compatível com a fixação de horário de trabalho. Inaplicável a exceção do art. 62, I, da CLT..... 3/184
- Trabalho externo não exclusão do limite máximo da jornada diária. Não configuração do art. 62, I, da CLT 6/385
- Trabalho externo. Enquadramento na exceção do art. 62, I, da CLT. Não configuração5/309

TRABALHO RURAL

- Trabalhador rural. Local para refeição e sanitários inadequados. Indenização por dano moral. Cabimento 2/120

TRANSFERÊNCIA

- Transferência. Empregado de fundação pública. Presunção de legalidade e de legitimidade dos atos administrativos..... 2/121

TURNO DE REVEZAMENTO

- Recurso ordinário da reclamada. Turno ininterrupto de revezamento. Jornada elástica. Previsão em norma coletiva. Horas extraordinárias habituais. Invalidez.....6/381
- Turno ininterrupto de revezamento. Fixação da jornada de trabalho mediante negociação coletiva. Validade. Súmula n. 423 do C. TST 6/385
- Turnos ininterruptos de revezamento. Alternância em períodos variáveis. Caracterização 1/69, 2/121

TUTELA

- Tutela inibitória consistente em penhora do direito de lavra. Possibilidade. Inteligência do art. 55 do Código de Mineração. Capitulação no art. 835, XIII, do CPC..... 1/69

VENDEDOR

- Vendedor. Adicional de inspeção e fiscalização. Indevido..... 5/310

VIGIA

- Vigia e vigilante. Distinção entre essas funções. Pedido de adicional de periculosidade. Não aplicação, ao vigia, nos termos da Lei n. 12.740/2012, regulamentada pela Portaria do MTE n. 1.885/2013, de 3.12.2013..... 2/121



ESCOLA JUDICIAL

TRT 15ª Região

Seção de Pesquisa e Publicações
Jurídicas